



Ministério Público
do Estado do Amapá

Procuradoria-Geral de Justiça

Assessoria de Planejamento e Contratações / MP-AP

Divisão de Contratações/MP-AP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

EDITAL

DADOS GERAIS

OBJETO: Contratação de empresa para instalação aparelhos rastreadores, prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos veículos da frota institucional, conforme descrição e quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, referente ao processo nº 20.06.0000.0010670/2025-51-MPAP.

Início do acolhimento das Propostas : **Dia 26/02/2026 às 08:00h**

FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até a abertura da sessão pública.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **Dia 10/03/2026 às 10:00h.**

(Horário de Brasília), no sítio eletrônico www.gov.br/compras Sistema: Comprasnet UASG: 925037 Pregão Eletrônico: 900002/2026

MODO DE DISPUTA: Aberto.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço GLOBAL

PREGOEIRO DESIGNADO: MARCOS RAVEL MAGALHÃES DE ABREU

LICITAÇÃO SERÁ EXCLUSIVA PARA ME/EPP.

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: na internet nos sites www.gov.br/compras ou www.mpap.mp.br (no link licitações), ou na sala do Pregoeiro/Divisão de Contratações localizada no prédio da Procuradoria Geral de Justiça – Promotor Haroldo Franco, Rua do Araxá, s/n, bairro Araxá, Macapá-AP, Cep 68.903-883; telefone 96-3198-1648 / 1652.

Pedidos de esclarecimentos e Impugnação : Até o dia **04/03/2026** preferencialmente pelo link https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/. Obs.: Caso haja algum problema de acesso no link, o interessado poderá enviar cópia do pedido (esclarecimento ou impugnação) ao e-mail licitacoes@mpap.mp.br, conforme regras contidas no Edital.

Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados preferencialmente nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet : 0800-978-9001.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).



Ministério Público
do Estado do Amapá

Procuradoria-Geral de Justiça

Assessoria de Planejamento e Contratações / MP-AP

Divisão de Contratações/MP-AP

ÍNDICE

1 DO EMBASAMENTO LEGAL	3
2 DO OBJETO	3
3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	4
4 DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES.....	5
5 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	5
6 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	6
7 DO MODO DE DISPUTA ABERTO.....	7
8 DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFIC. INICIAL DAS PROP. DE PREÇOS	8
9. DA ETAPA DE LANCES	8
10 DO JULGAMENTO	9
11 DA HABILITAÇÃO	10
12 DA FASE RECURSAL.....	15
13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	16
14 DO PREÇO E DOTAÇÃO	16
15 DAS CONDIÇÕES DO AJUSTE.....	16
16 DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA	17
17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO	18
18 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	18
19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	19
20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	21
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	
ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES	
ANEXO V – MINUTA CONTRATUAL	

PREÂMBULO

O **Ministério Público do Estado do Amapá**, com endereço no Prédio da Procuradoria Geral de Justiça – Promotor Haroldo Franco, Rua do Araxá, s/n, bairro Araxá, Macapá-AP, CEP 68.903-883, inscrito no CNPJ sob o nº 34.869.354/0001-99, isento de inscrição estadual, através de seu Pregoeiro Marcos Ravel Magalhães de Abreu, designado pela Portaria nº 502/2023/SG/MP-AP, de 29 de março de 2023, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de menor preço, objetivando o **Contratação de empresa para instalação aparelhos rastreadores, prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos veículos da frota institucional, conforme descrição e quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, referente ao processo nº 20.06.0000.0010670/2025-51-MPAP**, e regido, principalmente, pelos comandos legais da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123/2006; assim como demais instrumentos normativos e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, bem como as demais condições fixadas neste edital e anexos.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>), nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado **o início da sessão às 10:00h do dia 10/03/2026**:

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://www.mpap.mp.br> no link “licitações”.

O valor total estimado para a presente licitação é de R\$ 76.982,40, conforme apresentado no termo de referência, contido no presente Edital. O valor total estimado é também o valor máximo aceitável conforme o contido no TR.

1. DO EMBASAMENTO LEGAL

1.1. O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123/2006, assim como demais instrumentos normativos e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, bem como as demais condições fixadas neste edital e anexos.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa para instalação aparelhos rastreadores, prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos veículos da frota institucional, conforme descrição e quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, referente ao processo nº 20.06.0000.0010670/2025-51-MPAP.

2.2. A licitação será realizada por lote único.

2.3. Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da licitação as empresas que:

a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)**.

b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) não estejam sob processo de falência;

c.1) É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

d) não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

e) não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

f) não se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

f1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

f2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

f3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

f.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

g) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

3.2. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.3. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada no Item I, deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, preferencialmente no endereço eletrônico https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes. Obs.: Caso haja algum problema de acesso no link, o

interessado poderá enviar cópia do pedido (esclarecimento ou impugnação) pelo e-mail licitacoes@mpap.mp.br.

4.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada preferencialmente no endereço eletrônico https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes. Obs.: Caso haja algum problema de acesso no link, o interessado poderá enviar cópia do pedido de impugnação pelo e-mail licitacoes@mpap.mp.br.

5.1.1. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a)** do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b)** do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2. caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

5.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.4. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.5. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização de todos os interessados.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivado pela Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.7. No campo de mensagens ou esclarecimentos serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o sistema(site) com frequência.

5.8. O cadastro da proposta no sistema, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema a proposta com a descrição do objeto e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

6.2. A licitante deverá indicar na sua proposta o “Valor” e “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, de forma semelhante ao estabelecido no Termo de Referência - Anexo I deste Edital e no Modelo de Proposta – Anexo II.

- 6.3.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.4.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta, lances e declarações.
- 6.5.** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 6.6.** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de objeto, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 6.7.** Os preços informados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete.
- 6.8.** O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.
- 6.9.** Os preços unitários e total deverão possuir até 02 (duas) casas decimais.
- 6.10.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 6.11.** O licitante declarado vencedor do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no Item 9.12. deste Edital, de acordo com o Modelo que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações e declarações complementares ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo/função na licitante, podendo apresentar proposta ou declarações com assinatura digital conforme a legislação vigente.
- 6.12.** A proposta deverá ter validade de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7. DO MODO DE DISPUTA ABERTO

7.1. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

7.1.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item **7.1.** acima, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.1.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item **7.1.1.**, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento de menor preço ou na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste edital de licitação, para a definição das demais colocações.

7.2.1. Após o reinício de que trata o item **7.2.**, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.3. Encerrada a etapa de que trata o item **7.2.1.**, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento de menor preço ou na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital será iniciada automaticamente a sessão pública do pregão eletrônico.

8.2. A análise inicial de conformidade das propostas visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

8.3. Poderão ser desclassificadas, à critério do Pregoeiro, as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c)** estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

8.4. A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

8.5. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

8.6. Somente as licitantes cujas propostas forem classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

9. DA ETAPA DE LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de modo que a licitante visualize imediatamente o recebimento do lance no sistema, seu registro e valor.

9.2. Os lances deverão ser ofertados pelo **valor unitário do item**.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

9.4. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de R\$ 1,00 (um real)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.5. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.6. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.7. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7.1. Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.8. No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame licitatório, o procedimento obedecerá ao subitem a seguir:

9.8.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado

9.8.2. Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

9.9. Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.

9.10. Quando o primeiro colocado, em que pese negociação eventualmente realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes na ordem de classificação das propostas.

9.11. A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

9.12. O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

9.12.1. O prazo estabelecido no item **9.12**, acima, é prorrogável mediante solicitação fundamentada da licitante e avaliada pelo Pregoeiro que decidirá por decisão discricionária.

9.13. Encerrada a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, podendo solicitar auxílio técnico e/ou do setor demandante.

10. DO JULGAMENTO

10.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

10.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, ao Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, podendo solicitar auxílio do setor técnico e/ou demandante.

10.3 Será desclassificada a proposta apresentada que não atender aos requisitos do item **8.3**, deste Edital.

10.4. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

10.5. O licitante melhor classificado, A CRITÉRIO DO PREGOEIRO, poderá ser convocado a apresentar no prazo previamente estipulado, durante a sessão pública virtual, MAIORES INFORMAÇÕES sobre o objeto ofertado. A empresa que não apresentar as informações dentro do prazo solicitado poderá ser desclassificada.

10.6. O licitante detentor do menor preço deverá verificar se o Pregoeiro solicitou negociação no sistema, quando deverá negociar com o Pregoeiro imediatamente após a finalização da fase de lances.

10.6.1. Esta negociação será feita diretamente com ao Pregoeiro no chat de mensagens na sessão (ou campo correspondente), na qual o licitante deverá responder se aceita a redução do

preço.

10.6.2. Caso o licitante não responda num prazo de 10 minutos (salvo se outro prazo for determinado pelo Pregoeiro), o Pregoeiro irá considerar o último preço ofertado pela licitante para o julgamento da aceitabilidade da proposta. **Caso necessário, o Pregoeiro fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, nos termos do item 10.5, acima.**

10.7. O Pregoeiro poderá solicitar ao representante da empresa quantas vezes forem necessárias a correção da planilha da proposta da empresa, desde que não se altere (para maior) o valor total. O pregoeiro poderá estipular um prazo para a correção da planilha, caso seja necessário, podendo ser desclassificada a proposta que não cumpra com o solicitado.

10.8. Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço conforme Anexo II com o valor do preço final alcançado, preenchendo a proposta de forma clara e inequívoca, sem dupla interpretação.

10.9. Para julgamento da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar folder ou demais dados do objeto.

10.10. O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação, , podendo, para tanto, solicitar que o licitante encaminhe documentos que demonstrem se a proposta é exequível.

10.11. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o Pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

10.12. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro à fase de habilitação.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

11.2. A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

11.2.1. Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

11.3. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio poderão consultar os documentos exigidos no item 11. deste Edital por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

11.3.1. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

11.4. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a

licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

11.5. O Pregoeiro fixará um prazo de no mínimo de 2 (duas) horas para a licitante, após convocação, enviar os documentos de Habilitação via sistema.

11.6. Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

11.7. A habilitação se dará mediante exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.7.1. Habilitação jurídica:

- a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais Administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e)** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.7.2. Regularidade fiscal:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c)** Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- d)** Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;
- e)** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- f)** Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal;
- g)** Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

11.7.2.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

11.7.3. Qualificação econômico-financeira:

- a)** Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

11.7.4. Qualificação técnica:

a) Atestado de Conclusão de Serviços, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução bem-sucedida e a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo ser solicitado pelo Pregoeiro, através de diligência a prova fiscal de execução.

b) O licitante deverá apresentar **demais documentos de capacidade técnica** se exigido(s) no Termo de Referência;

11.7.5. Outros Documentos:

a) Preenchimento das declarações específicas, assinalando “sim” ou “não” nos campos próprios do sistema, nos seguintes teores:

a.1) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos; Obs.: Microempresas e empresas de pequeno porte podem declarar “sim” mesmo que possuam alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista;

a.2) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

a.3) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

a.4) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

a.5) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

a.6) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

a.7) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

b) **Demais declarações contidas no Anexo IV do Edital**, que deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.8. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.8.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.8.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.8.3. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

11.8.4. Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8.4.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

11.8.4.2. Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.8.5. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

11.8.6. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

11.8.7. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado, observado o disposto no art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

11.8.8. O Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico: <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

11.8.8.1. As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial. Essa consulta também será feita de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.9. Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.10. Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização.

11.12. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o

Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à análise da documentação de habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.13. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

11.14. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

11.15. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, ao Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12. DA FASE RECURSAL

12.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.3. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao recurso interposto, no prazo de três dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação das razões recursais, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12.6. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.7. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

12.8. Caso a licitante não apresente as razões do recurso no prazo legal, entender-se-á como desistência da interposição do recurso, podendo o Pregoeiro encaminhar os autos para Adjudicação e Homologação.

12.9. Havendo recurso e contrarrazões, o Pregoeiro deverá decidir no prazo de 3(três) dias úteis após o fim do prazo das contrarrazões.

12.10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.11. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº

14.133, de 2021.

13. DO PREÇO E DOTAÇÃO

13.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

13.2. Esse preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pelo MP- AP, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

13.3. Não haverá reajuste de preços nem atualização.

13.4. Os recursos necessários para suporte do contrato, serão de acordo com a SOLICITAÇÃO DE COMPRA N° 006170, no elemento de despesa 339039, do orçamento vigente.

14. DAS CONDIÇÕES DO AJUSTE

14.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante Nota de Empenho, Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preços, da qual deverá constar, em anexo, todas as condições contratuais, inclusive as obrigações da contratada e contratante.

14.2. Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar, dos documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

14.3. A formalização do ajuste se dará com o recebimento da Nota de Empenho, Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preços pela adjudicatária do objeto da licitação, que poderá se dar por qualquer meio devidamente comprovado.

14.4. Caso a Nota de Empenho, Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preços seja encaminhada por e-mail a empresa adjudicatária terá 03 (três) dias úteis para acusar seu recebimento da mesma forma.

14.4.1. A não retirada da Nota de Empenho, Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preços ou o seu não recebimento no prazo estabelecido configurará recusa na contratação, incidindo as penalidades previstas neste Edital.

14.4.2. O prazo para formalização do ajuste poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que por solicitação fundamentada e motivada por escrito, o qual será analisado e aceito, se for o caso, pela Administração.

14.5. É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

14.6. Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

14.7. O aviso da nova sessão será publicado nos endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e ou www.mpap.mp.br (no link licitações).

14.8. Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

15. DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA

15.1. O prazo de entrega do objeto contratual será o prazo declinado na proposta respeitado o limite estabelecido no Anexo I neste edital.

15.2. Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega do objeto que se apresente com as condições seguintes:

- a) até a data final prevista para a entrega; e,
- b) instruídos com justificativas que demonstrem fato imputável exclusivamente à Administração Pública ou caso fortuito e força maior;

15.2.1. Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no subitem anterior serão indeferidos de pronto.

15.3. O material/serviço deverá ser entregue de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminado no Anexo I deste Edital, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

15.4. A documentação a ser entregue pelo fornecedor é a seguinte:

- a) Primeira Via da Nota Fiscal;
- b) Nota Fiscal Fatura;
- c) Cópia reprográfica da Nota de Empenho.

15.4.1. Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. O objeto será entregue pela contratada, conforme especificações do Item 7 do Termo de Referência;

16.2. No ato da entrega, o objeto será recebido pela Contratante, para posterior verificação do atendimento

às condições deste Edital e da conformidade com a proposta, conforme estabelecido no termo de referência.

16.2.1. Caso seja constatado que o objeto entregue apresenta irregularidades, que não correspondam às especificações deste Edital ou não conferem com a proposta da Contratada ou estão fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados e devolvidos, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar a substituição do objeto pelo correto, nos prazos e condições estabelecidos no termo de referência, no termo de contrato ou na ata de registro de preços, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.2. Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16.2.3. Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

16.3. O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidades das especificações estabelecidas no ANEXO I, verificadas posteriormente.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante fornecimento do objeto e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos e o atestado de recebimento e aceite pelo MP-AP.

17.2. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

17.3. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

17.4. Antes do pagamento a contratada deve comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista, da qual não poderá constar qualquer pendência.

17.5. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do objeto.

17.6. Os pagamentos obedecerão aos atos normativos em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato o MP-AP poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

18.1.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

18.1.2. Multa: moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia, sobre o valor total do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, até o máximo de 30% (trinta por cento), que será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 12.2.3 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas;

18.1.4. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Amapá, em face das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

18.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos dos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.1.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.1.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.1.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.1.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.1.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.1.6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.2. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.3.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.3.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º

de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.3.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.3.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o MP-AP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.5. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.6. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.7. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

19.8. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.9. O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.10. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

19.11. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

19.12. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

19.13. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais, do Estado do Amapá, disciplinando a matéria.

19.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

19.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.16. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.17. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no sítio eletrônico www.mpap.mp.br (no link licitações), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

19.18. O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico: www.mpap.mp.br (no link licitações).

19.20. As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21.

19.21. Na proposta de Preços e declarações será permitida a assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da Lei.

19.22. O representante da empresa deverá **ficar atento ao link de mensagens do sistema**, na qual o Pregoeiro fará solicitações referentes ao certame, e **caso não respondidas no prazo informado pelo Pregoeiro, a proposta poderá ser desclassificada ou a documentação inabilitada** (conforme o caso).

19.23. O Ministério Público do Estado do Amapá poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas/documentação ou para sua abertura.

19.24. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.25. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas

hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

c) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat” da sessão ou no link de Avisos e esclarecimentos) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

d) A convocação feita por e-mail (automaticamente pelo sistema eletrônico) dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

19.26. Fica desde logo esclarecido que todos os participantes deste Pregão, pelo simples fato de nele licitarem, sujeitam-se a todos os seus termos, condições, normas, especificações e detalhes, comprometendo-se a cumpri-lo fielmente, independentemente de qualquer manifestação escrita ou expressa, e que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos art. 3º da Resolução nº 037/2009-CNMP (alterado pela Resolução nº 172/2017-CNMP) e ainda, que não tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 177/2017-CNMP.

19.27. Se a licitante vencedora deixar de aceitar ou não retirar a Nota de Empenho dentro de 05 dias úteis contados da data de recebimento da notificação, no prazo de convocação, e sem justificativa por escrito e aceita pelo MPAP, restará caduco o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas Título

XIV deste Edital deste Edital, e neste caso o objeto poderá ser negociado e adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

19.28. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecimentos e análises de propostas, com vistas a aferir a exequibilidade destas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, assim como para esclarecimentos e análises de outros documentos relacionados à habilitação.

19.29. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

19.30. Após a abertura das propostas, o licitante não poderá alterar a marca/modelo(quando exigidas) ofertados na proposta inicial inserida no sistema, sob o risco de desclassificação.

19.31. As especificações técnicas da descrição do veículo contidas no Edital e anexos, servem como parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, podendo ser aceito produto de melhor qualidade desde que se demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com o Termo de Referência e com aprovação do setor requisitante do MPAP.

19.32. Havendo divergência, entre a especificação contida no Sistema “Compras” com a contida no Edital, por limitação do sistema eletrônico, prevalecerão as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital) e no Modelo de Proposta (Anexo II do Edital).

19.33. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Amapá – Vara da Fazenda Pública – para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

Macapá, 20 de fevereiro de 2026.



Documento assinado digitalmente

RONILDO CRISTINO DE LIMA

Data: 24/02/2026 09:48:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RONILDO CRISTINO DE LIMA
PREGOEIRO OFICIAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Procedimento de Gestão Administrativa nº: 20.06.0000.0010670/2025-51

Demandante: Divisão de Transportes

Objeto: Contratação de empresa para instalação aparelhos rastreadores, prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos veículos da frota institucional.

Modalidade Aplicável: Pregão Eletrônico conforme versa a Lei nº 14.133/2021.

Com base no Art. 6º do Ato Normativo Nº 7/2023-GAB/PGJ, que regulamenta o procedimento para o planejamento das licitações e contratações no âmbito do Ministério Público do Estado do Amapá, a Assessoria de Planejamento e Contratações apresenta-se o seguinte Termo de Referência.

1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para instalação aparelhos rastreadores, prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos veículos da frota institucional.

1.2 Local da execução: Em todos o Estado do Amapá.

1.3 Impõe-se ao contratado o dever de realizar a prestação do serviço dentro do período definido para execução, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à execução do objeto, nos termos do artigo 6º, XVII, da Lei nº 14.133/2021.

1.4 O custo estimado total da contratação, com base na pesquisa de preços feita pela Unidade Demandante, é de **R\$ 76.982,40** (setenta e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

1.5 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum enquadrando-se no inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo indicado o uso do PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei n.14.133/2021.

1.6 A presente contratação será selecionada na escolha do preço global, pois o a solução é composta por apenas um item, então a justificativa de agrupamento se apresenta por considerar-se um de objeto único.

1.7 A fase de lances será aberta e será aplicado o intervalo R\$ 1,00 (um real) de diferença entre os lances.

1.8 Conforme versa o Art. 5º, inciso III da Lei 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas consideradas inexequíveis e as propostas cujos valores permanecerem acima do valor orçado pela Administração.

1.9 Exclusividade/Benefício ME/EPP: A contratação é exclusiva, haverá cota para ME/EPP, pois o presente certame se insere nos parâmetros previstos no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Não havendo licitantes que se enquadrem nesta classificação, haverá possibilidade de abertura à ampla disputa.

1.10 O código CATSER referente ao objeto a ser licitado é **25410**.

1.11 Os serviços a serem contratados exigem, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com observância às recomendações aceitas pelas normas técnicas e legislações aplicáveis.

1.12 A necessidade de contratação do serviço objeto do presente documento, dar-se-á em virtude da ausência no quadro funcional do MP-AP, onde não dispõe de pessoal especializado para o desenvolvimento de atividades, tais quais as previstas na referida contratação, bem como dá-se pelo término do CONTRATO Nº 009/2021-MP/AP.

1.13 Este Termo de Referência tem como finalidade estabelecer as especificações e condições para a contratação de empresa para o rastreamento de itens pertencentes ao Ministério Público do Estado do Amapá, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Ato Normativo Nº 07/2023-GAB/PGJ do MP-AP.

1.14 O objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme as diretrizes estabelecidas no Ato Normativo nº 000013/2023-GAB/PGJ. A escolha do objeto pautou-se pela estrita necessidade e pela busca da economicidade. A contratação visa apresentar **especificações de qualidade comum**, conforme detalhado nos documentos de planejamento, e **não de luxo**, alcançando a solução mais vantajosa para resolver a necessidade pública com economicidade e eficiência.

1.15 O serviço que se pretende contratar tem NATUREZA COMUM, de acordo com o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, que os define como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado". As especificações detalhadas

TERMO DE REFERÊNCIA

neste documento e nos anexos permitem a identificação clara do objeto no mercado, possibilitando a ampla competição.

1.16 O prazo de vigência e execução do contrato será de 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação a depender da constatação de conveniência, de oportunidade e por interesse da Administração. Conclui-se que o contrato poderá ser prorrogado, conforme art. 8º, §1º, I do Ato Normativo 007/2023-GAB/PGJ e o inciso XXIII do caput do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2 FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação e justificativa de seleção e contratação surge em razão do término do CONTRATO Nº 009/2021-MP/AP, tal contratação é indispensável para de manter a eficiência do rastreamento veicular, e garantia da disponibilidade do bem de transporte, permitindo ainda a identificação precoce de divergências.

2.2 O sistema de gerenciamento proporciona o rastreamento mais eficaz da frota de veículos institucionais do MPAP de acordo com as legislações específicas que tratam das utilizações dos veículos automotores com a localização precisa da frota, trajeto e distância percorrida, velocidade desenvolvida com alerta de velocidade excessiva, aceleração e freada brusca, verificação do hodômetro, entre outras funções.

2.3 Os serviços a serem contratados se mostram necessários pois incluem a prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos 98 (noventa e oito) veículos da frota institucional, 02 (duas) embarcações, acrescido de 20% (previsão para as novas aquisições), totalizando 120 (cento e vinte) aparelhos rastreadores; serviço este via satélite, por GPS/4g ou tecnologia superior, compreendendo a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos de módulos rastreadores, incluindo o fornecimento de equipamento na forma de comodato, com identificação automática do condutor, sem bloqueio do veículo para a sua liberação, bem como componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, desinstalação, substituição, reinstalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, e os serviços serão contratados para atender o Ministério Público do Estado de Amapá por 12 (doze) meses.

2.4 A justificativa da necessidade de contratação, sob a perspectiva da Unidade Demandante, foi apresentada no Documento de Formalização de Demanda, que abaixo transcrevemos:

2.5 Considerando que o Contrato nº 009/2021 firmado com a Empresa Vision Net, empresa esta que atualmente presta o serviço de rastreamento e monitoramento dos veículos da frota institucional e, considerando que o referido contrato, encontra-se em seu 6º Termo Aditivo, com previsão de término em 08/03/2026, há necessidade de se dar início a um novo processo de contratação, uma vez que não há mais possibilidade de renovação do mencionado contrato e dada a importância do rastreamento e monitoramento da frota institucional, uma vez que se trata de segurança orgânica, permitindo a localização em tempo real, a recuperação em caso de furto ou roubo, bem como promove a transparência e a prestação de contas, gerando relatórios que facilitam auditorias, subsidiar procedimentos administrativos e identificação do mau uso e desvio deste recurso público. O sistema de gerenciamento proporciona o rastreamento mais eficaz da frota de veículos institucionais do MPAP de acordo com as legislações específicas que tratam das utilizações dos veículos automotores com a localização precisa da frota, trajeto e distância percorrida, velocidade desenvolvida com alerta de velocidade excessiva, aceleração e freada brusca, verificação do hodômetro, entre outras funções.

2.6 Os serviços a serem contratados se mostram necessários pois incluem a prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos 98 (noventa e oito) veículos da frota institucional, 02 (duas) embarcações, acrescido de 20% (previsão para as novas aquisições), totalizando 120 (cento e vinte) aparelhos rastreadores; serviço este via satélite, por GPS/4g ou tecnologia superior, compreendendo a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos de módulos rastreadores, incluindo o fornecimento de equipamento na forma de comodato, com identificação automática do condutor, sem bloqueio do veículo para a sua liberação, bem como componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, desinstalação, substituição, reinstalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, e os serviços serão contratados para atender o Ministério Público do Estado de Amapá por 12 (doze) meses.

2.7 A justificativa da necessidade de contratação, sob a perspectiva da Unidade Demandante, foi apresentada no Documento de Formalização de Demanda, que abaixo transcrevemos:

Considerando que o Contrato nº 009/2021 firmado com a Empresa Vision Net, empresa esta que atualmente presta o serviço de rastreamento e monitoramento dos veículos da frota institucional e, considerando que o referido contrato, encontra-se em seu 6º Termo Aditivo, com previsão de término em 08/03/2026, há necessidade de se dar início a um novo processo de contratação, uma vez que não há mais possibilidade de renovação do mencionado contrato e dada a importância do rastreamento e monitoramento da frota institucional, uma vez que se trata de segurança orgânica, permitindo a localização em tempo real, a recuperação em caso de furto ou roubo, bem como promove a transparência e a prestação de contas, gerando relatórios

TERMO DE REFERÊNCIA

que facilitam auditorias, subsidiar procedimentos administrativos e identificação do mau uso e desvio deste recurso público.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A solução adotada descreve-se na contratação de empresa especializada manter tarefa atualmente realizada, pois com a impossibilidade de continuidade de realização pelo atual prestador adotou-se a realização de nova seleção.

3.2 A solução como um todo trata então da contratação de empresa para prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos 98 (noventa e oito) veículos da frota institucional, 02 (duas) embarcações, acrescido de 20% (previsão para as novas aquisições), totalizando 120 (cento e vinte) aparelhos rastreadores que deverão ser instalados.

3.3 A contratada deverá proceder e concluir a instalação dos equipamentos nos veículos institucionais no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da emissão da ordem de serviço, nas dependências da Divisão de Transporte do Ministério Público do Estado do Amapá, durante o horário de expediente administrativo.

3.4 O rastreamento ocorrerá via satélite, por GPS/4G ou tecnologia superior, compreendendo a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos de módulos rastreadores e o fornecimento de equipamento na forma de comodato, bem como componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, desinstalação, substituição, reinstalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, para atender o Ministério Público do Estado de Amapá por 12 (doze) meses.

3.5 Resume-se que a contratada viabilizará a continuidade da tarefa de rastreio, em plenas condições de uso, dos veículos (carros e embarcações) que se encontram em utilização pelo MP-AP.

3.6 Ressalta-se que o objeto/solução compreende a execução integral dos serviços previstos, nas especificações técnicas dos itens, abrangendo o fornecimento dos equipamentos, instalações, substituições, software necessário e sistema de gerenciamento.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A solução a ser contratada deve atender a um conjunto de requisitos técnicos, legais e de desempenho para garantir a funcionalidade, segurança e durabilidade dos equipamentos e do serviço.

4.2 A solução deverá atender às seguintes especificações gerais:

4.3 Sistema de Rastreamento deverá permitir o gerenciamento da segurança e controle logístico, relacionados à utilização dos veículos e segurança de seus ocupantes, bem como permitir a localização e acompanhamento dos veículos via Internet, através de senha e login específicos;

4.4 Estrutura de tráfego e armazenamento de dados criptografados em redundância;

4.5 Permitir a configuração de pelo menos 2 (dois) IP(s) endereçando os dados do veículo para no mínimo 2 servidores distintos, em áreas geográficas diferentes, assegurando a redundância de comunicação de dados do sistema;

4.6 Definir perfis que possibilitem, no mínimo 10 usuários simultaneamente, monitorar ou visualizar individualmente, parcialmente ou totalmente veículos, relatórios, geofences a serem estabelecidas pelo administrador do sistema do MPAP. O controle de cadastro dos usuários e senhas deverá ser feito pelo administrador do sistema do MPAP. O sistema deverá permitir que a senha seja posteriormente alterada pelo usuário;

4.7 Sistema de identificação poderá ser por radiofrequência (RFID), com o uso de cartão (crachás funcionais), tags iButton ou por identificação via App mobile (Androide ou IOS).

4.7.1 A identificação do motorista pelo sistema RFID é feita por meio de cartão ou tag com chip que possibilite registrar cada usuário. Ao entrar e ligar o veículo, o motorista autorizado precisa passar o cartão no leitor instalado. O leitor fará a identificação das informações contidas no cartão e enviar à plataforma de rastreamento em tempo real.

4.7.2 No sistema de aplicativo (Androide ou IOS), o motorista se identificará no App utilizando um PIN próprio (matrícula e senha) e realizará o recebimento do veículo pela leitura da placa (OCR), QR Code ou seleção do veículo no próprio celular, e através da conexão *bluetooth* com o equipamento instalado no veículo, o APP enviará as informações à plataforma de rastreamento em tempo real e liberará o uso do veículo, assim como, receberá todas as informações do início ou término do trabalho.

TERMO DE REFERÊNCIA

4.8 A comunicação de dados entre o veículo e a Sistema de Rastreamento deverá ser realizada através do serviço de telefonia celular digital com tecnologia GSM, prioritariamente através do canal de dados GPRS e contingência com comunicação DTMF pelo canal de áudio GSM;

4.9 A solução deverá fornecer todo o material e orientações para o funcionamento pleno do serviço de monitoramento;

4.10 Os equipamentos disponibilizados a título de comodato deverão estar em perfeitas condições de uso contínuo, cabendo à CONTRATADA a substituição em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura de chamado, quando solicitado assistência técnica no local, sempre no modo presencial. Caberá à CONTRATADA o acionamento da garantia dada pelo fabricante dos equipamentos;

4.11 Deverão ser apresentados os modelos dos equipamentos de rastreo, indicando os itens que serão instalados nos veículos. Todos os documentos que os acompanham deverão vir em língua portuguesa. E, no caso de origem estrangeira, deverão estar acompanhados de tradução juramentada.

4.12 A solução contratada deverá ser ofertada e prestada por empresa especializada no ramo, devidamente regularizada perante os órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nos Artefatos de Planejamento e no Edital.

4.13 Esta seleção de prestador de serviço almeja a contratação de empresa que atenda, pelo menos, aos seguintes itens:

a) Fornecimento e instalação de 120 aparelhos rastreadores nos veículos institucionais, incluindo o fornecimento de equipamento na forma de comodato, com identificação automática do condutor, sem bloqueio do veículo para a sua liberação, componentes e licença de uso de software, serviços de instalação, desinstalação, substituição, reinstalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento;

b) Monitoramento e telemetria via satélite, por GPS/4G ou tecnologia superior, de 118 veículos terrestres e 02 embarcações;

4.14 O equipamento a ser instalado deverá atender ao seguinte:

- a) Atender as normas e regulamentos da ANATEL, devidamente comprovado por meio de Certificado de Homologação;
- b) Suportar temperaturas entre -10o C e 70o C no interior do veículo, com proteção contra poeira;
- c) Possuir lacre para identificar sua violação;
- d) Possuir dispositivo para transferência de dados em tempo real, por meio de comunicação sem fio, e todas as despesas referentes à transmissão de dados, administração dos contratos e serviços serão de responsabilidade da contratada;
- e) Apresentar consumo de energia, com o equipamento em repouso, inferior a 100 mA.
- f) Registrar o hodômetro e deslocamentos a partir do giro da roda do veículo, que deverá ser capturada por dispositivo ou sensor próprio para essa função;
- g) Permitir atualização de *fireware* de forma remota;
- h) Em caso da tecnologia por APP, o equipamento instalado no veículo, deve também receber a conexão Bluetooth para comunicação com o Aplicativo de rastreamento para liberação dos veículos após conexão.
- i) Possuir sistema de alerta ao condutor, através de sinalizador do tipo sonoro (*beep*), quando:
 - Quando o condutor realizar acionamento do veículo sem o login ou identificação apropriada;
 - Quando o condutor violar a velocidade máxima selecionada para a via;
 - Quando o condutor violar a velocidade máxima configurada para o veículo;
- j) Permitir que ao efetuar o login sejam inseridos os seguintes dados:
 - Verificação das condições de alguns itens do veículo ("Checklist"): Extintor, estepe, óleo do motor, macaco, luzes, cintos de segurança, condição da lataria;
- k) Estar apto a registrar a entrada de dados para utilização do veículo por qualquer condutor da CONTRATANTE;

TERMO DE REFERÊNCIA

- l) Possuir a capacidade de armazenar em memória de forma consistente até 300 (trezentas) horas de registros de uso veicular e de localização geográfica;
 - m) Possuir a capacidade de armazenar em memória, de forma consistente, os dados que tenham sido gerados em locais sem cobertura de telefonia celular. Quando o veículo retornar a uma área de cobertura celular, deverá transferir os dados armazenados para o sistema principal, sem perda de dados;
 - n) Possuir a capacidade de manter a última configuração e os dados registrados, quando o dispositivo for desconectado e reconectado a alimentação do veículo (bateria) ou por falta de carga na bateria do veículo;
 - o) Permitir a configuração de velocidade máxima permitida para o veículo, emitindo alerta sonoro e registrando a velocidade sempre que este limite for excedido;
 - p) Permitir que o Login do condutor ocorra mesmo em locais que não tenham a cobertura de telefonia celular;
 - q) Impossibilitar a inserção de dados com veículo em movimento.
- 4.15 O software de apresentação deverá ter as seguintes especificações:
- a) Ter funcionamento 100% WEB e ser compatível com as últimas versões dos navegadores Chrome e Firefox.
 - b) Permanecer hospedado na infraestrutura da CONTRATADA, sem limite de acesso, via web, por meio de chaves de acesso e senha.
 - c) Permitir a programação de parâmetros de avaliação dos condutores e registrar de forma automática o modo de condução veicular por percurso, devendo registrar:
 - Matrícula do condutor;
 - Período efetivo de deslocamento entre o início e fim da atividade;
 - Distância percorrida;
 - Quantidade de acelerações bruscas;
 - Quantidade de frenagens bruscas;
 - Rotação do motor acima de limites programados;
 - Informações das velocidades atingidas;
 - Hodômetro;
 - Registro de coordenadas geográficas (latitude e longitude);
 - Ultrapassagens de velocidades máximas estabelecidas;
 - Formato da data (dd/mm/aaaa) e hora (hh:mm:ss);
 - Registrar o abastecimento do veículo em litros para cálculo de média.
 - d) Permitir o cadastro de condutores (informações da Carteira Nacional de Habilitação, matrícula funcional e e-mail) e veículos (placa, frota, marca, modelo, combustível, regional de lotação, ano de fabricação, categoria veicular);
 - e) Permitir a ativação ou inativação de veículos ou condutores, bem como restringir o uso de veículos para determinado empregado. Restringir o acesso de condutores que não tenham a categoria da CNH compatível com o veículo que pretende dirigir e ou vendida;
 - f) Permitir o cadastro e gerenciamento de usuários gestores, possibilitando a definição do perfil e a Regional de acesso, de acordo com a lotação, visualizando somente veículos lotados na mesma regional de lotação do gestor;
 - g) Permitir a criação de grupos de interesse que facilitem as consultas aos dados:
 - Grupos de veículos por setor, regional e cidade.
 - Grupos de condutores por setor, regional e cidade;

TERMO DE REFERÊNCIA

- h) Possibilitar a visualização de todos os veículos da frota em uma mesma tela (mapa) identificando o ponto da localização em tempo real, possibilitando o filtro por regional ou grupo de interesse.
- i) Possibilitar o cadastro de pontos de interesse e geofences para a geração de relatórios de invasão ou evasão de veículos aos limites estabelecidos;
- j) Permitir a abertura e acompanhamento de chamados (*helpdesk*) para a solicitação de manutenção/correção de equipamentos ou software;
- k) Possuir tela de gerenciamento da frota de veículos, que possibilite a consulta por período (mês e ano), placa, número da frota, tipo de veículo e regional de lotação do veículo, permitindo que, ao ser gerada a consulta, apresente na tela a placa, número da frota, regional e a situação diária dos veículos, do primeiro ao último dia do mês pesquisado, apresentando visualização intuitiva no aplicativo, se o veículo teve deslocamentos ou está com problemas na transmissão dos dados e informações;
- l) Permitir que, ao clicar sobre o ícone descrito no item acima, este funcione como link para consulta dos dados de condução (placa, frota, tipo, marca, modelo, regional de lotação, matrícula, nome do condutor, data e hora do início do deslocamento, data e hora do fim do deslocamento, duração, hodômetro inicial, hodômetro final, distância percorrida em metros, velocidade média em Km/h e dados do GPS permitindo consultar em tempo real o trajeto percorrido no mapa do Google, permitindo a reconstrução da rota de forma a identificar o início e o fim do deslocamento e a sequência dos pontos no mapa;
- m) Permitir que ao efetuar pesquisa do deslocamento do veículo, em tempo real, o mapa apresentado possua o recurso trânsito, possibilitando ao usuário do sistema atribuir a melhor rota para atendimento de determinada ocorrência, com base na situação do trânsito local.

4.16 Para a presente seleção e contratação foram apontados os objetivos com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a instalação dos aparelhos rastreadores e prestação do monitoramento, de modo a possibilitar a melhor seleção e contratação.

4.17 A contratada deverá realizar a instalação dos equipamentos nos veículos institucionais no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço ou outro instrumento avençado.

4.18 A instalação será realizada no Prédio da Divisão de Transporte do MP-AP durante o horário de expediente.

4.19 Qualquer dano ao veículo que resulte na perda da garantia devido à má instalação do rastreador será de responsabilidade da contratada, desde que a alteração no sistema elétrico seja comprovada, devidamente diagnosticada e atestada por parecer técnico.

5 ORÇAMENTO ESTIMADO, COM AS COMPOSIÇÕES DOS PREÇOS UTILIZADOS PARA SUA FORMAÇÃO

5.1 A estimativa de valor da contratação foi realizada pela Divisão de Transporte do MP-AP, com base em orçamentos detalhados utilizando como referência os equipamentos e serviços.

5.1.1 **Valor Total Estimado: R\$ 76.982,40** (setenta e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

5.2 Os detalhamentos das memórias de cálculos, acompanhada dos preços unitários referenciais que lhe dão suporte constam nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 20.06.0000.0010670/2025-51. Constando ainda no Anexo I deste Artefato de Planejamento.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 A execução que será realizada consiste na instalação de equipamentos de rastreamento veicular e disponibilização de ferramenta, sistema e orientações para a devida aplicação deste recurso.

6.2 A contratada deverá proceder e concluir a instalação dos equipamentos nos veículos institucionais no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da emissão da ordem de serviço, nas dependências da Divisão de Transporte do Ministério Público do Estado do Amapá, durante o horário de expediente administrativo.

6.3 O rastreamento ocorrerá via satélite, por GPS/4G ou tecnologia superior, compreendendo a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos de módulos rastreadores e o fornecimento de equipamento na forma de comodato, bem como componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, desinstalação, substituição, reinstalação, configuração,

TERMO DE REFERÊNCIA

capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, para atender o Ministério Público do Estado de Amapá por 12 (doze) meses.

6.4 Resume-se que a contratada viabilizará a continuidade da tarefa de rastreio, em plenas condições de uso, dos veículos (carros e embarcações) que se encontram em utilização pelo MP-AP.

6.5 Ressalta-se que o objeto/solução compreende a execução integral dos serviços previstos, nas especificações técnicas dos itens, abrangendo o fornecimento dos equipamentos, instalações, substituições, software necessário e sistema de gerenciamento.

6.6 Caso não seja possível o cumprimento nos prazos estipulados, a CONTRATADA deverá emitir relatório/cronograma, contendo os motivos que impossibilitam a execução contratual, bem como as causas da falha, os materiais necessários para a solução do problema e a data para realização dos procedimentos a serem adotados. Após aprovação do cronograma pela fiscalização, a CONTRATADA deverá executá-lo cumprindo os prazos estabelecidos. Esse relatório deverá ser entregue ao fiscal do Contrato em até 1 (um) dia útil após a data final do prazo de conclusão da OS.

6.7 A CONTRATADA deverá definir um responsável da equipe para o serviço, tendo a responsabilidade e a autoridade para cumprir e fazer cumprir as ações definidas como premissas pelo CONTRATANTE.

6.8 Da mão de obra a ser empregada:

6.8.1 A CONTRATADA deverá manter funcionários em quantidade suficiente para tarefa/atividade da instalação, empregando sempre mão de obra qualificada para a atividade. Para isso, a CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, solicitar documento comprobatório de que o funcionário está habilitado e capacitado para manusear ou operar os equipamentos e/ou maquinários, bem como familiarizado com a execução da tarefa em questão.

6.8.2 Não será permitida, a utilização de mão de obra sem que o funcionário esteja devidamente registrado na empresa ou com contrato de prestação de serviços.

6.8.3 Na realização do serviço, os funcionários deverão estar devidamente uniformizados, identificados e utilizando equipamentos/ferramentas condizentes.

6.8.4 A CONTRATADA deverá ser conhecedora e observar rigorosamente as orientações das Normas Regulamentadoras – NR'S do Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho, em especial a NR 18 e NR 5.

6.8.5 A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todos os EPI'S e promover a substituição destes sempre que necessário, conforme a periodicidade estipulada em NR ou quando o EPI não oferecer mais segurança ao funcionário, o que ocorrer primeiro.

6.8.6 Em caso do descumprimento das normas de segurança do trabalho, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no edital.

6.9 Dos equipamentos e materiais a serem empregados:

6.9.1 A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos e ferramentas em quantidades suficientes a execução de cada tarefa/atividade de instalação, conforme cada caso.

6.10 Dos materiais, insumos e peças empregados na execução:

6.10.1 Todo e qualquer material a ser empregado deverá ser de boa procedência de fabricante e de mercado. Os materiais deverão estar de acordo com as recomendações das normas quando for o caso.

6.10.2 A CONTRATANTE poderá realizar procedimento de aferição quanto ao atendimento de conformidade dos materiais, insumos e peças, de forma a rejeitar os que forem fornecidos fora da especificação técnica.

7 SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS

7.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

TERMO DE REFERÊNCIA

- 7.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 7.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 7.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 7.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 7.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 7.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 7.2.1 Advertência;
- 7.2.2 Multa: moratória, em razão do atraso injustificado, na proporção de 5% (cinco por cento), calculada sobre a parcela não executada e prevista para o período, no cronograma físico financeiro;
- 7.2.3 Multa: moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, bem como de documentos necessários ao pagamento das medições ou outro documento solicitado pela fiscalização;
- 7.2.4 Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.2.5 Multa compensatória de 15% (quinze por cento) à 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas;
- 7.2.6 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 8 (oito) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 7.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública; Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

TERMO DE REFERÊNCIA

7.3.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.3.6 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.3.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.3.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.3.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.3.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. 17.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas em lei e poderão constar ainda em instrumento contratual.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.4 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º). Se necessário, o Fiscal deverá avisar a empresa através de e-mail, no caso de querer deixar documentada a ocorrência.

8.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.6 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, Art. 118). O preposto somente necessitará comparecer ao MPAP quando solicitado, não sendo obrigatória a sua permanência nas dependências do Órgão sem a devida convocação.

8.7 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

8.8 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.9 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, Art. 120).

8.10 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

TERMO DE REFERÊNCIA

8.11 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.12 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.13 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.14 Após a assinatura do contrato, o órgão convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.15 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa, além de verificar a conformidade das execuções da prestação.

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designado.

9.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos Artefatos de Planejamento, Edital e Contrato.

9.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos.

9.5 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas no contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

9.7 A empresa vencedora da licitação ficará sujeita às penalidades previstas, no que couber, em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa e o contraditório em regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em).

9.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.9 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.11 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.12 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

TERMO DE REFERÊNCIA

9.13 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

9.14 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações estabelecidas, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.15 Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte, embalagens) devem estar incluídas nos preços propostos. Quanto aos abatimentos porventura concedidos, deverão ser deduzidos, devendo os mesmos ser os praticados na data da abertura da proposta.

9.16 Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND- Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação.

9.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.18 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.20 Os detalhamentos para medição e pagamento são os seguintes:

9.20.1 **Medição:** A medição dos serviços será feita após o recebimento definitivo do objeto. A contratada deverá emitir e protocolar a nota fiscal, que deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista (CND Federal, CRF e CNDT ou SICAF).

9.20.2 **Pagamento:** Será efetuado por ordem bancária, após a apresentação da nota fiscal correspondente ao fornecimento executado e aceito definitivamente. As notas fiscais deverão ser enviadas ao fiscal do contrato por e-mail.

9.20.3 Prazos de pagamento:

9.20.3.1 **Liquidação da despesa:** 5 dias úteis, para valores que não ultrapassem o limite do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021. Nos demais casos, o prazo será de 10 dias úteis.

9.20.3.2 **Pagamento da despesa:** 5 dias úteis, para os mesmos valores acima mencionados. Nos demais casos, o prazo será de 10 dias úteis.

9.20.4 **Regularização:** Em caso de erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo será reiniciado somente após a regularização pela contratada. A Administração poderá realizar glosas nos valores cobrados indevidamente, e a contratada terá 3 dias úteis para apresentar impugnação.

9.20.5 **Reajuste:** Tratou-se do reajuste no tópico 11 deste documento.

9.21 **Tributos:** Serão abatidos na fonte os tributos federais, estaduais e municipais, conforme a lei. A contratada deverá apresentar documentação hábil para comprovar benefícios fiscais, se aplicável.

10 DA MATRIZ DE RISCO

10.1 De acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 a formulação de matriz de alocação de riscos é necessária em obras e serviços de grande vulto ou quando forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada. Vejamos:

Art. 22. O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.

§ 3º Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital

TERMO DE REFERÊNCIA

obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

10.2 O objeto da presente seleção não é obra ou serviço de grande vulto, e nem será adotado o regime de contratação integrada ou semi-integrada. Em razão do estabelecido no artigo 22, 3º, da Lei nº 14.113/2021, fica dispensada a matriz de risco da obra em questão

10.3 Contudo, foi elaborado o Mapa de Gerenciamento de Riscos, identificando os principais riscos e as ações preventivas e de contingência, consta no **Estudo Técnico Preliminar**, em conformidade com o Art. 18, inciso X, e Art. 169 da Lei nº 14.133/2021.

11 DO REAJUSTE

11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 ano, a partir da data do orçamento estimado.

11.2 Índice de reajuste de preço:

11.2.1 Decorrido período superior a 1 (um) ano, contado da data de elaboração do orçamento base da MP-AP, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12(doze) meses.

11.2.2 O reajustamento será devido do primeiro dia do mesmo mês do ano seguinte ao do orçamento da administração/MP-AP. (Acórdão TCU 1.707/2013).

11.2.3 A iniciativa e o encargo para o cálculo do reajustamento deverão ocorrer por conta da contratada, cabendo ao órgão ou entidade contratante a verificação do resultado obtido, e se houver concordância, aplicar o reajustamento dos preços com fundamentos nesses cálculos. Se equivocados, deverá ter o respectivo protocolo devolvido para as devidas correções apontadas pela Administração.

11.2.4 Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

11.3 REVISÃO de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração.

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

12.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e Ato Normativo Nº0000016/2023-GAB/PGJ.

12.1.2 Considerando a natureza da solução, a seleção será feita via LOTE ÚNICO, não carecendo dividir os itens.

12.1.3 Sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, e será aplicado o intervalo mínimo de 1,00 (um real) de diferença entre os lances (modo de disputa: aberto).

12.2 Conforme disposto no o art. 54, da Lei nº 14.133/2021, a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12.3 O critério de julgamento da proposta é o MENOR PREÇO GLOBAL, sobre o preço estimado pela Administração.

12.4 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no art. 60 da Lei 14.133, de 2021.

12.5 **Habilitação:**

12.6 A verificação da documentação de habilitação será feita no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou em sistemas similares, ou mediante fornecimento direto pelo licitante.

12.7 **Documentação exigida:**

12.8 Atestado de Conclusão de Serviços, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução bem-sucedida e a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com

TERMO DE REFERÊNCIA

características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, podendo ser solicitado pela Comissão de Licitação, através de diligência a prova fiscal de execução.

13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E TIPO DE EMPENHO

13.1 A despesa decorrente desta contratação é compatível com o Planejamento do MP-AP e com as leis orçamentárias vigentes.

13.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária a ser formalmente indicada pela área competente do MP-AP. Elemento de Despesa: 339039.

13.3 Em razão da natureza do objeto e da forma de prestação, indica-se a emissão de Nota de Empenho do tipo **Global**, destinada às despesas contratuais sujeitas a parcelamento, conforme cronograma físico-financeiro.

14 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

14.1 Todos os serviços relativos ao presente documento consistem em instalação de equipamentos de rastreio e disponibilização de sistema de rastreio, ou seja, serviços necessários, e que ocorrem de forma programada e continuada, com o objetivo de manter e aumentar a eficiência da tarefa de controle patrimonial veicular, garantindo a disponibilidade dos bens, também permitindo a identificação precoce de problemas e aumentando significativamente o ciclo de vida do equipamento.

14.2 Sempre serão executados por equipe não residente disponibilizada pela CONTRATADA. As instalações dos equipamentos serão programadas deverão ser previamente estabelecidas de acordo com o cronograma de substituições e ajustes.

14.3 A execução deve seguir integralmente as especificações pertinentes.

15 GARANTIAS

15.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16 LOGÍSTICA REVERSA E SUSTENTABILIDADE

16.1 A equipe de instalação dos equipamentos deverá ser instruída sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos;

16.1.1 Comunicar ao CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento;

16.1.2 Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, evitar ao máximo o uso em condições extremas.

16.2 O descarte de peças, acessórios, equipamentos e baterias deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, e deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; e, de modo amplo, o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto Nº 9.178/2017), Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01 de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, e demais legislações ambientais e no que couber durante a realização das manutenções na UFPE.

16.3 Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

16.4 As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte.

16.5 Onde couber, devem ser observados os requisitos ambientais como a utilização de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Para isso sugere-se apresentar a composição dos produtos a serem utilizados em comparação com seus similares, destacando as qualidades que lhes apresentam sustentáveis ou que acarretem menor impacto ambiental.

16.6 O edital poderá exigir que a contratada cumpra a legislação ambiental vigente, especialmente quanto à "disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados".

TERMO DE REFERÊNCIA

16.7 Por fim, sugere-se que a futura contratada promova, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos no ambiente.

17 APROVAÇÃO

17.1 A Assessoria de Planejamento e Contratações encaminha o presente Termo de Referência que seguirá assinado pela Equipe de Planejamento desta seleção para a devida análise a ser realizada pela Autoridade Competente.

17.2 Segue para apreciação do Secretário-Geral do MP-AP.

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
ALEX FABRISIO MACHADO COLARES Analista Ministerial	JOSE GEORGE DIAS GOMES Chefe de Seção de Transportes	JOSIAS DE SOUZA NASCIMENTO JÚNIOR Agente de Planejamento

17.3 As assinaturas seguirão via Termo de Validação e utilizarão a ferramenta de Assinatura Digital presente no Sistema Urano.

Autoridade Competente
ANDRÉ LUIZ DIAS ARAÚJO Secretário-Geral do MP-AP

17.4 Considerando a necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, conclui-se que a referida solução proposta representa um apoio relevante à continuidade das atividades de capacitação e treinamento do MP-AP.

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I PESQUISA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESA PRESTADORA	VALOR UNITÁRIO	MEDIA DO VALOR UNITÁRIO	QNTD.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Serviço de rastreamento veicular e instalação de equipamentos (comodato)	VISION NET LTDA (Contrato nº 009/2021-MPAP)	R\$ 49,96	R\$ 53,46	120	R\$ 6.415,20	R\$ 76.982,40
		AIROTRACKER MONITORAMENTO 24 HORAS LTDA (Contrato nº 026/2025-MPMT)	R\$ 49,90				
		TORKYS SISTEMAS E EQUIPAMENTOS LTDA.-ME (Contrato nº 043/2023-MPMG)	R\$ 57,60				
		MAV MONITORAMENTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (Contrato nº 058/2025-MPRR)	R\$ 49,80				
		MILITARY RASTREAMENTO (Proposta Comercial 18/2025)	R\$ 60,00				

Valor total: **R\$ 76.982,40** (setenta e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos)

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(dados mínimos de uso obrigatório por todas as licitantes)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026/MP-APROCESSO: 20.06.0000.0010670/2025-51 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa para instalação aparelhos rastreadores, prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos veículos da frota institucional. A

(empresa) inscrita no CNPJ sob nº _____, sob o endereço _____, propõe fornecer o objeto licitado, nos seguintes preços e condições:

ITEM	Especificação (Características Mínimas)	Unid.	Quant	Preço Unitário	Preço Total
LOTE 01					
01	Serviço de rastreamento veicular e instalação de equipamentos (comodato)	Unid.	120		
Valor Global R\$					

(Os valores devem ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casasdecimais)

DAS CONDIÇÕES GERAIS

1. Informar que a proponente obriga-se a cumprir todos os termos da estabelecidos no Anexo I do Edital do Pregão em epígrafe.
2. Informar que a validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO.
3. Informar Nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento.
4. Prazo máximo de entrega do objeto é conforme o Termo de Referência, contados da data de recebimento danota de empenho.
5. Prazo a contar da data de emissão da nota fiscal conformeo Termo de Referência.

Local e data.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante) Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Procedimento de Gestão Administrativa nº: 20.06.0000.0010670/2025-51

Demandante: Divisão de Transportes

Objeto: Contratação de empresa para instalação aparelhos rastreadores, prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos veículos da frota institucional.

Modalidade Aplicável: Pregão Eletrônico conforme versa a Lei nº 14.133/2021.

Com base no Art. 6º do Ato Normativo Nº 7/2023-GAB/PGJ, que regulamenta o procedimento para o planejamento das licitações e contratações no âmbito do Ministério Público do Estado do Amapá, a Assessoria de Planejamento e Contratações apresenta-se o seguinte Estudo Técnico Preliminar:

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 A necessidade de seleção e contratação surge em razão do término do CONTRATO Nº 009/2021-MP/AP, esta seleção e contratação é indispensável para de manter a eficiência das tarefas que envolvem o rastreamento e monitoramento veicular, garantindo a disponibilidade do equipamento (veículos), permitindo a rastreabilidade e confiabilidade de localização dos bens móveis.

1.2 O sistema de gerenciamento proporciona o rastreamento mais eficaz da frota de veículos institucionais do MPAP de acordo com as legislações específicas que tratam das utilizações dos veículos automotores com a localização precisa da frota, trajeto e distância percorrida, velocidade desenvolvida com alerta de velocidade excessiva, aceleração e freada brusca, verificação do hodômetro, entre outras funções.

1.3 Os serviços a serem contratados se mostram necessários pois incluem a prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos 98 (noventa e oito) veículos da frota institucional, 02 (duas) embarcações, acrescido de 20% (previsão para as novas aquisições), totalizando 120 (cento e vinte) aparelhos rastreadores; serviço este via satélite, por GPS/4g ou tecnologia superior, compreendendo a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos de módulos rastreadores, incluindo o fornecimento de equipamento na forma de comodato, com identificação automática do condutor, sem bloqueio do veículo para a sua liberação, bem como componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, desinstalação, substituição, reinstalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, e os serviços serão contratados para atender o Ministério Público do Estado de Amapá por 12 (doze) meses.

1.4 A justificativa da necessidade de contratação, sob a perspectiva da Unidade Demandante, foi apresentada no Documento de Formalização de Demanda, que abaixo transcrevemos:

Considerando que o Contrato nº 009/2021 firmado com a Empresa Vision Net, empresa esta que atualmente presta o serviço de rastreamento e monitoramento dos veículos da frota institucional e, considerando que o referido contrato, encontra-se em seu 6º Termo Aditivo, com previsão de término em 08/03/2026, há necessidade de se dar início a um novo processo de contratação, uma vez que não há mais possibilidade de renovação do mencionado contrato e dada a importância do rastreamento e monitoramento da frota institucional, uma vez que se trata de segurança orgânica, permitindo a localização em tempo real, a recuperação em caso de furto ou roubo, bem como promove a transparência e a prestação de contas, gerando relatórios que facilitam auditorias, subsidiar procedimentos administrativos e identificação do mau uso e desvio deste recurso público.

2 DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 A contratação está totalmente alinhada com o Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Amapá (Decênio 2020-2029), e com o objetivo estratégico de melhorar a qualidade do serviço público ofertado que é o pilar que sustenta esta demanda.

2.2 Os valores direcionados à manutenção de equipamentos se enquadram perfeitamente no objetivo retromencionado ao promover o aprimoramento e continuidade de atendimento do órgão, o que é essencial para o cumprimento da missão institucional. Então, esta seleção e contratação foi identificada como crucial para aprimorar o atendimento do órgão em seu campo de atuação.

2.3 A nova seleção não é um evento isolado, mas sim a continuidade de uma tarefa que já é realizado ao órgão, tarefa esta que visa a melhoria contínua dos serviços internos por meio da qualificação do trato de veículos.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.4 Desta feita, demonstra-se que a contratação atende a um plano de ação pré-estabelecido e não é uma demanda isolada, garantindo a racionalidade e a transparência do processo.

2.5 A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 18, § 1º, II, indica a necessidade de demonstração de que a contratação esteja prevista no Plano de Contratação Anual de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, como é visto no caso em tela.

2.6 Porém, não se demonstrou no Plano de Contratações Anual de 2026 a previsão de contratação deste tipo de contratação. Pois, o Plano de Contratações Anual (PCA) ainda não foi instituído, tampouco publicado, para o exercício vigente.

2.7 A iniciativa de antecipação de planejamento alinha-se ao planejamento estratégico do MP-AP ao reforçar a imagem de uma instituição, que não apenas cumpre seu papel fiscalizador, mas também adota práticas exemplares em sua gestão de investimento de recursos, promovendo a tanto melhora, quanto a continuidade do bom trato com os recursos existentes.

2.8 Desta feita, desde que observados os critérios de Planejamento Estratégico e justificativa, a contratação estará sim alinhada ao interesse público primário e à eficiência administrativa, não havendo vedação para realização da seleção antecipada.

2.9 Considerando que a seleção e contratação em questão estão alinhadas com o planejamento e objetivo institucional da Administração do Ministério Público, justifica-se a possibilidade de continuidade do rito.

2.10 Por fim, após emanada a justificativa para continuidade que o rito requer, ressalta-se que a natureza contínua dessa demanda reforça a importância de sua inclusão no planejamento anual de contratações no exercício vindouro, conforme as diretrizes orçamentárias e legais vigentes.

3 REQUISITOS DA SELEÇÃO E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 A solução a ser contratada deve atender a um conjunto de requisitos técnicos, legais e de desempenho para garantir a funcionalidade, segurança e durabilidade dos equipamentos e do serviço.

3.2 **A solução deverá atender às seguintes especificações gerais:**

3.3 Sistema de Rastreamento deverá permitir o gerenciamento da segurança e controle logístico, relacionados à utilização dos veículos e segurança de seus ocupantes, bem como permitir a localização e acompanhamento dos veículos via Internet, através de senha e login específicos;

3.4 Estrutura de tráfego e armazenamento de dados criptografados em redundância;

3.5 Permitir a configuração de pelo menos 2 (dois) IP(s) endereçando os dados do veículo para no mínimo 2 servidores distintos, em áreas geográficas diferentes, assegurando a redundância de comunicação de dados do sistema;

3.6 Definir perfis que possibilitem, no mínimo 10 usuários simultaneamente, monitorar ou visualizar individualmente, parcialmente ou totalmente veículos, relatórios, geofences a serem estabelecidas pelo administrador do sistema do MPAP. O controle de cadastro dos usuários e senhas deverá ser feito pelo administrador do sistema do MPAP. O sistema deverá permitir que a senha seja posteriormente alterada pelo usuário;

3.7 Sistema de identificação poderá ser por radiofrequência (RFID), com o uso de cartão (crachás funcionais), tags iButton ou por identificação via App mobile (Androide ou IOS).

3.7.1 A identificação do motorista pelo sistema RFID é feita por meio de cartão ou tag com chip que possibilite registrar cada usuário. Ao entrar e ligar o veículo, o motorista autorizado precisa passar o cartão no leitor instalado. O leitor fará a identificação das informações contidas no cartão e enviar à plataforma de rastreamento em tempo real.

3.7.2 No sistema de aplicativo (Androide ou IOS), o motorista se identificará no App utilizando um PIN próprio (matrícula e senha) e realizará o recebimento do veículo pela leitura da placa (OCR), QR Code ou seleção do veículo no próprio celular, e através da conexão *bluetooth* com o equipamento instalado no veículo, o APP enviará as informações à plataforma de rastreamento em tempo real e liberará o uso do veículo, assim como, receberá todas as informações do início ou término do trabalho.

3.8 A comunicação de dados entre o veículo e a Sistema de Rastreamento deverá ser realizada através do serviço de telefonia celular digital com tecnologia GSM, prioritariamente através do canal de dados GPRS e contingência com comunicação DTMF pelo canal de áudio GSM;

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

3.9 A solução deverá fornecer todo o material e orientações para o funcionamento pleno do serviço de monitoramento;

3.10 Os equipamentos disponibilizados a título de comodato deverão estar em perfeitas condições de uso contínuo, cabendo à CONTRATADA a substituição em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura de chamado, quando solicitado assistência técnica no local, sempre no modo presencial. Caberá à CONTRATADA o acionamento da garantia dada pelo fabricante dos equipamentos;

3.11 Deverão ser apresentados os modelos dos equipamentos de rastreo, indicando os itens que serão instalados nos veículos. Todos os documentos que os acompanham deverão vir em língua portuguesa. E, no caso de origem estrangeira, deverão estar acompanhados de tradução juramentada.

3.12 A solução contratada deverá ser ofertada e prestada por empresa especializada no ramo, devidamente regularizada perante os órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nos Artefatos de Planejamento e no Edital.

3.13 Esta seleção de prestador de serviço almeja a contratação de empresa que atenda, pelo menos, aos seguintes itens:

- a) Fornecimento e instalação de 120 aparelhos rastreadores nos veículos institucionais, incluindo o fornecimento de equipamento na forma de comodato, com identificação automática do condutor, sem bloqueio do veículo para a sua liberação, componentes e licença de uso de software, serviços de instalação, desinstalação, substituição, reinstalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento;
- b) Monitoramento e telemetria via satélite, por GPS/4G ou tecnologia superior, de 118 veículos terrestres e 02 embarcações;

3.14 O equipamento a ser instalado deverá atender ao seguinte:

- a) Atender as normas e regulamentos da ANATEL, devidamente comprovado por meio de Certificado de Homologação;
- b) Suportar temperaturas entre -10o C e 70o C no interior do veículo, com proteção contra poeira;
- c) Possuir lacre para identificar sua violação;
- d) Possuir dispositivo para transferência de dados em tempo real, por meio de comunicação sem fio, e todas as despesas referentes à transmissão de dados, administração dos contratos e serviços serão de responsabilidade da contratada;
- e) Apresentar consumo de energia, com o equipamento em repouso, inferior a 100 mA.
- f) Registrar o hodômetro e deslocamentos a partir do giro da roda do veículo, que deverá ser capturada por dispositivo ou sensor próprio para essa função;
- g) Permitir atualização de *fireware* de forma remota;
- h) Em caso da tecnologia por APP, o equipamento instalado no veículo, deve também receber a conexão Bluetooth para comunicação com o Aplicativo de rastreamento para liberação dos veículos após conexão.
- i) Possuir sistema de alerta ao condutor, através de sinalizador do tipo sonoro (*beep*), quando:
 - Quando o condutor realizar acionamento do veículo sem o login ou identificação apropriada;
 - Quando o condutor violar a velocidade máxima selecionada para a via;
 - Quando o condutor violar a velocidade máxima configurada para o veículo;
- j) Permitir que ao efetuar o login sejam inseridos os seguintes dados:
 - Verificação das condições de alguns itens do veículo ("Checklist"): Extintor, estepe, óleo do motor, macaco, luzes, cintos de segurança, condição da lataria;
- k) Estar apto a registrar a entrada de dados para utilização do veículo por qualquer condutor da CONTRATANTE;
- l) Possuir a capacidade de armazenar em memória de forma consistente até 300 (trezentas) horas de registros de uso veicular e de localização geográfica;

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- m) Possuir a capacidade de armazenar em memória, de forma consistente, os dados que tenham sido gerados em locais sem cobertura de telefonia celular. Quando o veículo retornar a uma área de cobertura celular, deverá transferir os dados armazenados para o sistema principal, sem perda de dados;
 - n) Possuir a capacidade de manter a última configuração e os dados registrados, quando o dispositivo for desconectado e reconectado a alimentação do veículo (bateria) ou por falta de carga na bateria do veículo;
 - o) Permitir a configuração de velocidade máxima permitida para o veículo, emitindo alerta sonoro e registrando a velocidade sempre que este limite for excedido;
 - p) Permitir que o Login do condutor ocorra mesmo em locais que não tenham a cobertura de telefonia celular;
 - q) Impossibilitar a inserção de dados com veículo em movimento.
- 3.15 O software de apresentação deverá ter as seguintes especificações:
- a) Ter funcionamento 100% WEB e ser compatível com as últimas versões dos navegadores Chrome e Firefox.
 - b) Permanecer hospedado na infraestrutura da CONTRATADA, sem limite de acesso, via web, por meio de chaves de acesso e senha.
 - c) Permitir a programação de parâmetros de avaliação dos condutores e registrar de forma automática o modo de condução veicular por percurso, devendo registrar:
 - Matrícula do condutor;
 - Período efetivo de deslocamento entre o início e fim da atividade;
 - Distância percorrida;
 - Quantidade de acelerações bruscas;
 - Quantidade de frenagens bruscas;
 - Rotação do motor acima de limites programados;
 - Informações das velocidades atingidas;
 - Hodômetro;
 - Registro de coordenadas geográficas (latitude e longitude);
 - Ultrapassagens de velocidades máximas estabelecidas;
 - Formato da data (dd/mm/aaaa) e hora (hh:mm:ss);
 - Registrar o abastecimento do veículo em litros para cálculo de média.
 - d) Permitir o cadastro de condutores (informações da Carteira Nacional de Habilitação, matrícula funcional e e-mail) e veículos (placa, frota, marca, modelo, combustível, regional de lotação, ano de fabricação, categoria veicular);
 - e) Permitir a ativação ou inativação de veículos ou condutores, bem como restringir o uso de veículos para determinado empregado. Restringir o acesso de condutores que não tenham a categoria da CNH compatível com o veículo que pretende dirigir e ou vencer;
 - f) Permitir o cadastro e gerenciamento de usuários gestores, possibilitando a definição do perfil e a Regional de acesso, de acordo com a lotação, visualizando somente veículos lotados na mesma regional de lotação do gestor;
 - g) Permitir a criação de grupos de interesse que facilitem as consultas aos dados:
 - Grupos de veículos por setor, regional e cidade.
 - Grupos de condutores por setor, regional e cidade;
 - h) Possibilitar a visualização de todos os veículos da frota em uma mesma tela (mapa) identificando o ponto da localização em tempo real, possibilitando o filtro por regional ou grupo de interesse.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- i) Possibilitar o cadastro de pontos de interesse e geofences para a geração de relatórios de invasão ou evasão de veículos aos limites estabelecidos;
- j) Permitir a abertura e acompanhamento de chamados (*helpdesk*) para a solicitação de manutenção/correção de equipamentos ou software;
- k) Possuir tela de gerenciamento da frota de veículos, que possibilite a consulta por período (mês e ano), placa, número da frota, tipo de veículo e regional de lotação do veículo, permitindo que, ao ser gerada a consulta, apresente na tela a placa, número da frota, regional e a situação diária dos veículos, do primeiro ao último dia do mês pesquisado, apresentando visualização intuitiva no aplicativo, se o veículo teve deslocamentos ou está com problemas na transmissão dos dados e informações;
- l) Permitir que, ao clicar sobre o ícone descrito no item acima, este funcione como link para consulta dos dados de condução (placa, frota, tipo, marca, modelo, regional de lotação, matrícula, nome do condutor, data e hora do início do deslocamento, data e hora do fim do deslocamento, duração, hodômetro inicial, hodômetro final, distância percorrida em metros, velocidade média em Km/h e dados do GPS permitindo consultar em tempo real o trajeto percorrido no mapa do Google, permitindo a reconstrução da rota de forma a identificar o início e o fim do deslocamento e a sequência dos pontos no mapa;
- m) Permitir que ao efetuar pesquisa do deslocamento do veículo, em tempo real, o mapa apresentado possua o recurso trânsito, possibilitando ao usuário do sistema atribuir a melhor rota para atendimento de determinada ocorrência, com base na situação do trânsito local.

3.16 Para a presente seleção e contratação foram apontados os objetivos com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a instalação dos aparelhos rastreadores e prestação do monitoramento, de modo a possibilitar a melhor seleção e contratação.

3.17 A contratada deverá realizar a instalação dos equipamentos nos veículos institucionais no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço ou outro instrumento avençado.

3.18 A instalação será realizada no Prédio da Divisão de Transporte do MP-AP durante o horário de expediente.

3.19 Qualquer dano ao veículo que resulte na perda da garantia devido à má instalação do rastreador será de responsabilidade da contratada, desde que a alteração no sistema elétrico seja comprovada, devidamente diagnosticada e atestada por parecer técnico.

4 LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 A necessidade de seleção adequada para rastreio e monitoramento veicular levou à análise das seguintes soluções:

Solução 1: Continuidade do contrato vigente (impossibilidade de Termo Aditivo)

Solução 2: Nova seleção e contratação (**solução escolhida**)

Solução 3: Realização direta dos serviços (técnica e economicamente inviável)

4.1.1 **Vantagem Técnica:** Selecionará prestador de serviço que comprove ser tecnicamente capacitado para a realização das ações.

4.1.2 **Vantagem Econômica:** Selecionará prestador que praticará o preço justo e ainda assim baixo, gerando então maior economia para os cofres públicos ainda enquanto garante a boa prestação do serviço.

4.2 A análise de mercado considerou opções logísticas menos onerosas, conforme previsto no Ato Normativo nº22/2023-GAB/PGJ.

4.3 Diante das possibilidades analisadas e esclarecidas, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da melhor forma apta a gerar o resultado de execução mais vantajoso para a Administração Pública, adota-se a licitação e, considerando as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor forma de atender à demanda é a seleção de prestador de serviço via **PREGÃO ELETRÔNICO**.

4.3.1 A escolha da modalidade Pregão se justifica pela ampla possibilidade de contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

4.3.2 O Pregão Eletrônico caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no Art.06, inciso XLI, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços comuns. Nesta seleção a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos a serem exigidos pelo edital.

4.4 Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do Pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo Edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 A solução adotada descreve-se na contratação de empresa especializada manter tarefa atualmente realizada, pois com a impossibilidade de continuidade de realização pelo atual prestador adotou-se a realização de nova seleção.

5.2 A solução como um todo trata então da contratação de empresa para prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos 98 (noventa e oito) veículos da frota institucional, 02 (duas) embarcações, acrescido de 20% (previsão para as novas aquisições), totalizando 120 (cento e vinte) aparelhos rastreadores que deverão ser instalados.

5.3 A contratada deverá proceder e concluir a instalação dos equipamentos nos veículos institucionais no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da emissão da ordem de serviço, nas dependências da Divisão de Transporte do Ministério Público do Estado do Amapá, durante o horário de expediente administrativo.

5.4 O rastreamento ocorrerá via satélite, por GPS/4G ou tecnologia superior, compreendendo a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos de módulos rastreadores e o fornecimento de equipamento na forma de comodato, bem como componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, desinstalação, substituição, reinstalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, para atender o Ministério Público do Estado de Amapá por 12 (doze) meses.

5.5 Resume-se que a contratada viabilizará a continuidade da tarefa de rastreio, em plenas condições de uso, dos veículos (carros e embarcações) que se encontram em utilização pelo MP-AP.

5.6 Ressalta-se que o objeto/solução compreende a execução integral dos serviços previstos, nas especificações técnicas dos itens, abrangendo o fornecimento dos equipamentos, instalações, substituições, software necessário e sistema de gerenciamento.

6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1 A demanda prevista representa o quantitativo total de veículos que fazem parte do patrimônio do Ministério Público do Estado do Amapá, acrescida de percentual estabelecido pela Divisão de Transporte.

6.2 A quantidade total é 120 (cento e vinte) veículos, que englobam:

- a) 98 (noventa e oito) veículos terrestres;
- b) 02 (duas) embarcações;
- c) 20 (vinte) novos veículos a serem adquiridos.

6.3 O levantamento das quantidades e dos serviços, foi realizado pela Unidade Demandante, o que resultou no orçamento completo da seleção e contratação com valor final de referência.

6.4 Apesar do detalhamento dos veículos constar neste tópico e atingir o quantitativo de 120 aparelhos, a executora será selecionada e contratada mediante seleção da melhor proposta tendo como referência o preço global. Então, a quantidade a ser contratada será 01 (um).

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 A estimativa de valor da contratação foi realizada pela Divisão de Transporte do MP-AP, com base em orçamentos detalhados utilizando como referência os equipamentos e serviços.

7.1.1 Valor Total Estimado: R\$ 76.982,40 (setenta e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

7.2 Os detalhamentos das memórias de cálculos, acompanhada dos preços unitários referenciais que lhe dão suporte constam nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 20.06.0000.0010670/2025-51. Constando ainda no Anexo I deste Artefato de Planejamento.

8 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1 Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

8.2 Contudo, o parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da frota por único prestador, resulta num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade do contratado e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

8.3 Para o gerenciamento não há viabilidade técnica-operacional na divisão dos serviços, pois os veículos estão transitando em todo o território deste Estado, ocasionando aumento de custo e não na economia em escala.

8.4 Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para esta execução em função da diluição dos custos administrativos e lucro.

8.5 A divisão geraria perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois a tarefa de rastreo é a mesma, diferenciando apenas da localização de instalação (que deverá ser feita na Capital), então o parcelamento indicaria o fracionamento do objeto.

8.6 Desta feita, recomenda-se que a contratação seja realizada em **item único**.

8.7 A decisão pelo não parcelamento atende ao Art. 40, § 3º, II, da Lei nº 14.133/2021, pois o parcelamento do objeto aumentaria os custos de gestão de múltiplos contratos para realização da mesma tarefa.

8.8 A contratação única por preço global é a que melhor atende à necessidade de uma solução completa e funcional.

8.9 Conclui-se, pelas razões expostas, que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajosa para a administração e por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

9 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1 Conforme explicitado no Documento de Formalização de Demanda, para este objeto “**não há**” contratações correlatas ou interdependentes. A solução contempla os serviços, bem como aparelhos, materiais, software, insumos e ferramentas necessárias.

9.2 Destaca-se que a definição de “**não há**” se refere à **execução completa** do contrato, não sendo necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes.

9.3 Futuras aquisições (veículos) vistas como necessárias para a expansão de recursos materiais do órgão, são contratações correlatas, mas não interdependentes, e serão objeto de processos de contratação próprios e distintos, não afetando a solução atual.

9.4 Desta feita, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento desta contratação.

10 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 O sistema de identificação de motoristas proporciona maior segurança aos condutores e passageiros, com a modernização do processo de retirada do veículo, identificação dos usuários dos veículos oficiais através da matrícula e senha individual, com o uso de tecnologia RFID (cartão de identificação) ou de aplicativos *mobile*. Excluindo a necessidade de utilização de papel para início e término do serviço.

10.2 Da mesma forma, a contratação de tal objeto destina-se também à prevenção de outros eventos que possam vir a causar perdas ou danos ao erário público, com a possibilidade de permitir o controle de auditoria e acompanhamento da utilização dos veículos oficiais.

10.3 A contratação também almeja o maior controle de custos dentro do conceito de convergência de rastreamento, de monitoramento, de localização e de identificação, aumentando assim a qualidade na gestão da frota.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

10.4 A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos nos Artefatos de Planejamento e no Edital de Licitação. A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços, de acordo com o almejado, mantendo o padrão de qualidade igual, ou superior, ao que vem sendo empregado no MP-AP.

10.5 A solução engloba tarefas mencionadas neste documento, que visam propiciar eficiência das tarefas pertinentes à gestão de frota, de maneira a atender a boa prestação de serviços públicos.

10.6 A contratação visa ainda alcançar os seguintes resultados, alinhados à economicidade e ao melhor aproveitamento dos recursos públicos:

10.6.1 **Efetividade:** Garantia da continuidade dos serviços de transporte do MP-AP nas diversas localizações onde estão os veículos.

10.6.2 **Eficiência:** Disponibilização de recursos e condições adequadas para as funções ministeriais, mantendo o fluxo de trabalho e o atendimento ao público.

10.6.3 **Confiabilidade:** alto nível de confiança dos veículos, isto é, redução da ocorrência de intervenções corretivas não-planejadas.

10.7 O resultado pretendido é, primariamente, a mitigação total dos riscos pertinentes ao rastreamento veicular. Ao contratar serviços com especificações de qualidade comum, conforme detalhado nas especificações dos requisitos, a Administração alcança a solução apropriada, resolvendo a necessidade pública com economicidade e eficiência.

11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

11.1 Considerando que há contrato vigente e que as rotinas, fiscalizações e mecanismos de controle já estão sendo exercidos, neste momento não há providências a serem adotadas.

12 ANÁLISE DE RISCOS VIA MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

12.1 O Gerenciamento de Riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

12.2 O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos.

12.3 Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

12.4 Os seguintes parâmetros escalares foram utilizados para representar os níveis de probabilidade e impacto que, após a multiplicação, resultarão nos níveis de risco, que direcionarão as ações relacionadas aos riscos durante as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato).

12.5 O mapa de risco da contratação será retratado no quadro abaixo, por meio do documento elaborado para a identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de seleção, contendo as ações de controle, prevenção e mitigação de impactos, materializando-se no mapa de risco da contratação.

12.6 Fase – Planejamento:

RISCO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	PROBABILIDADE DE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
1- Incorreta identificação da demanda	Instrução processual inadequada	Baixa	Alto	Identificar corretamente os setores responsáveis. Verificar corretamente a demanda. Envolver os setores na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Quando detectado o erro quanto à real necessidade da demanda, parar o processo no estágio em que se encontrar e proceder com a retificação dos artefatos técnicos.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2- Falta de designação ou designação incorreta de responsáveis	Falta de análise dos instrumentos processuais. Falta de verificação da necessidade a ser atendida. Falta de Dimensionamento correto do objeto a ser licitado	Baixa	Alto	Identificar corretamente os setores responsáveis, que devem participar de forma intensiva da instrução processual.	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes corretas.
3- Estudos preliminares incorretos.	Instrução processual inadequada. Falha no atendimento das necessidades da área demandante.	Baixa	Alto	Identificar corretamente os setores responsáveis. Solicitar indicação de responsáveis técnicos e demandantes. As indicações deverão ser compostas por servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação pertinente ao objeto e dos procedimentos da contratação.	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes responsáveis acompanharem a instrução processual.
4- Estimativa inadequada de quantitativo do objeto a ser licitado.	Falha no atendimento das necessidades da área demandante do serviço. Impossibilidade de aditivo contratual (acréscimo ou supressão).	Baixa	Alto	Adequado levantamento das reais necessidades da área demandante do serviço. Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Análise de possibilidade de aditivo contratual, levando em consideração a porcentagem estabelecida para acréscimos ou supressões do objeto em questão.
5- Fracasso da licitação.	Atrasos da execução do objeto. Comprometimento do desenvolvimento das atividades futuras.	Baixa	Alto	Realizar o adequado levantamento das necessidades de execução com preços compatíveis e atualizados ao valor de mercado. Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Formar grupo de trabalho com conhecimento técnico e com experiência, com conhecimento do e condições necessárias em editais
6- Impugnação do edital.	Atraso na contratação da empresa e consequente dificuldades para o setor demandante	Baixa	Alto	Elaborar o edital corretamente. Atentar as normas e legislações vigentes ao elaborar o edital. Compatibilizar informações com o Termo de Referência.	Treinamento da equipe de apoio

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

RISCO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
1- Execução do objeto contratual em desacordo com o Contrato	Falha no atendimento das necessidades da MP-AP. Solução diversa da proposta nos instrumentos convocatórios.	Baixa	Alto	Fiscalização mensal a ser realizada pela CONTRATANTE. Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades contratuais.
2- Atrasos na execução do contrato ou baixa produtividade e	Aumento do custo e demora. Descontinuidade dos serviços.	Baixa	Alto	Fiscalização mensal, trimestral ou semestral a ser realizada pela CONTRATANTE.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação das penalidades contratuais.
3- Períodos de chuva fora da previsibilidade e local.	Atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior.	Baixa	Alto	NÃO HÁ.	Caberá a CONTRATANTE análise das circunstâncias e ações possíveis.
4- Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato	Dificuldades na execução contratual, com o não cumprimento adequado do objeto.	Baixa	Alto	Realizar análise criteriosa da qualificação técnica e econômico-financeira da empresa.	Avaliar adequadamente a empresa.
5- Execução do objeto em desacordo com o contrato	Não atendimento da demanda do órgão.	Baixa	Alto	Realização de gestão e fiscalização adequada.	Capacitação da equipe de fiscalização.
6- Falta de pagamento à contratada	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	Baixa	Alto	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão

12.8 No caso de atrasos na execução do contrato caso fique constatado culpa exclusiva do CONTRATADO deve ser providenciada a dedução dos serviços e, se for o caso providenciar o devido ressarcimento.

12.9 DEFINIÇÕES GERAIS:

Probabilidade: Chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos.

Impacto: Resultado de um evento que afeta os objetivos.

Nível de Risco: Magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

12.10 A análise de riscos apresentada neste Artefato de Planejamento atende à exigência da fase preparatória. Esta análise, no entanto, deve ser contínua, cabendo à fiscalização e gestão do contrato, como primeira linha de defesa, monitorar os riscos alocados à contratada e à Administração e adotar as medidas necessárias para mitigar seus efeitos, assegurando a boa execução contratual.

13 ANÁLISE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 A equipe da CONTRATADA deverá ser instruída sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos;

13.1.1 Comunicar ao CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento;

13.1.2 Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

13.2 O descarte de peças, acessórios, equipamentos e baterias deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, e deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; e, de modo amplo, o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto Nº 9.178/2017), Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01 de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, e demais legislações ambientais e no que couber durante a realização das manutenções na UFPE.

13.3 Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

13.4 As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens próprias do fabricante, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte.

13.5 Onde couber, devem ser observados os requisitos ambientais como a utilização de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Para isso sugere-se apresentar a composição dos produtos a serem utilizados em comparação com seus similares, destacando as qualidades que lhes apresentam sustentáveis ou que acarretem menor impacto ambiental.

13.6 O edital poderá exigir que a contratada cumpra a legislação ambiental vigente, especialmente quanto à "disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados".

13.7 Por fim, sugere-se que a futura contratada promova, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos no ambiente.

14 UTILIZAÇÃO DE RECURSOS LOCAIS

14.1 A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e/ou matérias-primas existentes no local da execução não será definida como critério de exigência ou pontuação no edital.

14.2 Trata-se de contratação considerável, que exige capacidade específica no ramo de rastreamento. A imposição de tal exigência poderia causar "prejuízos à competitividade" do certame, restringindo indevidamente o universo de licitantes e aumentando o risco de licitação deserta ou de contratação de empresa sem a expertise necessária, o que violaria o princípio da busca pela proposta mais vantajosa.

14.3 Embora o Ato Normativo nº09/2023-GAB/PGJ incentive a consideração do desenvolvimento local, a inviabilidade técnica do parcelamento e a complexidade desta solução exigem que a prioridade seja a busca pela proposta mais vantajosa.

14.4 A restrição a prestadores locais para esta contratação causaria prejuízo à competitividade, contrariando o Ato Normativo nº22/2023-GAB/PGJ.

14.5 Ressalta-se que não há obrigação, tampouco o impedimento, da empresa vencedora utilizar mão de obra local.

15 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

15.1 Este Estudo Técnico Preliminar, em sua totalidade, não necessita de classificação de sigilo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

15.2 Todas as informações contidas neste documento são consideradas públicas e essenciais para a transparência do processo de contratação, incluindo a descrição da necessidade, os requisitos, as estimativas de valores e a análise de riscos.

16 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1 As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

16.2 O MP-AP não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, para a execução da solução, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de serviços aqui descritos.

16.3 A solução proposta atende ao interesse público ao promover a continuidade dos serviços ainda que o término do contrato vigente ocorra, garantindo as condições necessárias para a prestação dos serviços continuarem.

16.4 A solução proposta é a que apresenta o melhor retorno sobre o investimento e a maior vantagem para o interesse público. A fase preparatória foi devidamente instruída com os elementos técnicos e as análises (riscos e soluções) exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelos Atos Normativos do MP-AP, demonstrando a robustez do planejamento.

16.5 Todos os requisitos foram atendidos, a necessidade foi demonstrada, os riscos foram gerenciados e as providências para a seleção foram tomadas. A continuidade do rito de seleção e contratação está em total conformidade com o Planejamento Estratégico do MP-AP e contribuirá para o desempenho da instituição.

16.6 A necessidade está devidamente justificada, alinhada à missão institucional do MP-AP e aos seus objetivos estratégicos de melhoria dos serviços prestados. A presente contratação é considerada apropriada para o atendimento da demanda.

16.7 Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos neste Estudo Técnico Preliminar, esta Equipe de Planejamento da Contratação, declara que a solução apresentada é a mais adequada para a referida contratação, demonstrando vantajosidade e economicidade, atendendo ao interesse público e viabilizando a contratação dos serviços comuns e sem dedicação exclusiva de mão de obra para viabilizar o gerenciamento do rastreo da frota, bem como serviços eventuais (instalação, troca e substituição de equipamento).

16.8 Por meio do presente Estudo Técnico Preliminar, resta evidenciado que a contratação em questão se mostra possível para o atendimento da necessidade, constatando-se ser viável a contratação pretendida, atendendo às normas técnicas pertinentes e legislação vigente.

16.9 Os custos são conhecidos e compatíveis com os preços de mercado para eventos dessa natureza. Os riscos associados são gerenciáveis e os resultados esperados, em termos de qualidade da atuação ministerial, superam os custos da contratação.

16.10 Assim, após o planejamento consignado neste Estudo Técnico Preliminar, mostra-se viável a obtenção do objeto, sendo ele a contratação de empresa, segundo as condições e especificações previstas neste Edital de Planejamento por meio de Pregão Eletrônico.

16.11 Isto posto, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para os fins que aqui foram destacados.

16.12 As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do MP-AP para o ano corrente. O detalhamento da Natureza da Despesa é: 339039.

17 ENCAMINHAMENTOS FINAIS

17.1 A Assessoria de Planejamento e Contratações encaminha o presente Estudo Técnico Preliminar que seguirá assinado pela Equipe de Planejamento desta seleção para a devida análise a ser realizada pela Autoridade Competente.

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
JOSELE ATHAYDE DE ALMEIDA Gerente da Divisão de Transporte	JOSE GEORGE DIAS GOMES Chefe de Seção de Transportes	JOSIAS DE SOUZA NASCIMENTO JÚNIOR Agente de Planejamento

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

17.2 As assinaturas seguirão via Termo de Validação e utilizarão a ferramenta de Assinatura Digital presente no Sistema Urano.

Autoridade Competente
ANDRÉ LUIZ DIAS ARAÚJO Secretário-Geral do MP-AP

17.3 Considerando as necessidades, justificativas e fundamentações expostas neste Estudo Técnico Preliminar, concluiu-se que a referida contratação é pertinente e contribui diretamente para a continuidade e melhoria das atividades apontadas.

17.4 Sendo assim, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, conforme seus próprios fundamentos e autorizo a continuidade da instrução processual, razão pela qual encaminho à Assessoria de Planejamento e Contratações para seguimento da presente contratação. As demais questões administrativas ficarão dispostas nos outros Artefatos.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO I

PESQUISA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESA PRESTADORA	VALOR UNITÁRIO	MEDIA DO VALOR UNITÁRIO	QNTD.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Serviço de rastreamento veicular e instalação de equipamentos (comodato)	VISION NET LTDA (Contrato nº 009/2021-MPAP)	R\$ 49,96	R\$ 53,46	120	R\$ 6.415,20	R\$ 76.982,40
		AIROTRACKER MONITORAMENTO 24 HORAS LTDA (Contrato nº 026/2025-MPMT)	R\$ 49,90				
		TORKYS SISTEMAS E EQUIPAMENTOS LTDA.-ME (Contrato nº 043/2023-MPMG)	R\$ 57,60				
		MAV MONITORAMENTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (Contrato nº 058/2025-MPRR)	R\$ 49,80				
		MILITARY RASTREAMENTO (Proposta Comercial 18/2025)	R\$ 60,00				

Valor total: R\$ 76.982,40 (setenta e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEP. PROP. / RES. 37/2009 CNMP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026-MPAP

_____ (representante legal da empresa) ,como representante devidamente constituído da empresa: _____ (empresa licitante) ,CNPJ: _____ ,doravante denominada licitante, para fins do disposto no item 2.3 do título VII do Edital do Pregão Elet. nº 01/2026, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do CPB, que:

a) A PROPOSTA apresentada para participar do presente certame, foi elaborada de maneira independente pelo Licitante/Consórcio, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa.

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do presente certame não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame.

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame.

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do presente certame, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação.

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do presente certame não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARA que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos art. 3º da Resolução nº 037/2009-CNMP (alterado pela Resolução nº 172/2017-CNMP), onde prevê que é VEDADA “a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação”.

A vedação, conforme o §1º, “não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade” e, de acordo com o §2º, “se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização”. DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

_____ , em _____ de _____ de 2026.

(Representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

ANEXO V

MINUTA

CONTRATO Nº /2026/MP-AP

PGA nº 20.06.0000.0010670/2025-51/MP-AP

Pregão Eletrônico art. 28, I da Lei 14.133/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ E A EMPRESA, PARA OS FINS NELE DECLARADOS.

PREÂMBULO

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Araxá, s/n, Bairro Araxá, CEP 68.903-883, Município de Macapá, Estado do Amapá, devidamente inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 34.889.354/0001-99, denominado **MP-AP** ou **CONTRATANTE**, representado por seu **Secretário-Geral**, Promotor de Justiça **Dr. André Luiz Dias Araújo**, brasileiro, residente na cidade de Macapá-AP e, do outro lado a Empresa, inscrita sob o CNPJ nº., situada na, neste ato representada por, domiciliado em, denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, para atender às necessidades do MP-AP, submetendo-se às disposições constantes na Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, suas alterações e às cláusulas e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato é decorrente da autorização exarada no Procedimento de Gestão Administrativa nº 20.06.0000.0010670/2025-51/ **MP-AP** com base no Parecer Jurídico nº ____/2026/ASSJUR-SG/MP-AP, constante no referido processo, cujo objeto foi contratado por Pregão Eletrônico com base no art. 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021, suas alterações posteriores, legislações extravagantes e demais preceitos de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. Este Contrato tem por objeto contratação de empresa para instalação de aparelhos rastreadores e prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria dos veículos da frota institucional, conforme as disposições, os elementos característicos e as especificações técnicas constantes no Edital de Licitação, Termo de Referência, Proposta da Contratada e respectivos anexos, documentos estes que integram este instrumento contratual independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONTRATUAL

3.1. As especificações, inclusive técnicas, exigidas para conclusão e/ou entrega do objeto deste contrato são aquelas já pormenorizadas no Termo de Referência e seus anexos, bem como na proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a sua publicação no Portal Nacional das Contratações Públicas, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado

CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Anexo a este contrato, independentemente de transcrição, considera-se como modelo de gestão contratual que guiará o acompanhamento e fiscalização deste contrato, inclusive quanto ao início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e métodos e prazo para a realização de recebimentos provisório e definitivo, as disposições próprias constantes no Termo de Referência.

5.2. O modo de execução do objeto deste contrato quanto aos seus resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento são os mesmos já predeterminado no termo de referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 7.1. O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), em conformidade com a proposta comercial de preços da contratada.
- 7.1.1. O valor acima será adimplido em conformidade com a periodicidade, os prazos, as regras, a taxa de câmbio quando for o caso, e demais critérios disciplinados em Edital e/ou Termo de Referência, inclusive para os casos que dependam medição;
- 7.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, assim como custos com honorários e alimentação dos instrutores e demais prestadores, passagens aéreas, hospedagem, traslado e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- 7.1.3. Na omissão ou incorreta cotação de valores de despesas ordinárias diretas e indiretas citadas acima na proposta da Contratada, estes serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento ser cumprido sem ônus adicional ao Contratante à exceção do disposto no [art. 121, §2º](#) da Lei 14.133/2021.
- 7.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68](#) da Lei nº 14.133/2021;
- 7.1.5. O pagamento do documento fiscal somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada no prazo estipulado pelo termo de referência.
- 7.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 7.1.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 7.1.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 7.1.9. Quando do pagamento, se for constatado:
- a) Qualquer irregularidade no documento fiscal apresentado implicará na interrupção do prazo de pagamento e na obrigação de emissão de novo documento fiscal válido e regular, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento;
 - b) Situação de irregularidade da Contratada, o MP-AP providenciará sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;
 - c) Ausência de regularização ou, quando for o caso, sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos e persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 8.1. São formas de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro deste Contrato:

- a) revisão de contrato ou reequilíbrio econômico e financeiro em sentido estrito
- b) atualização monetária por pagamento diferido;
- c) reajustamento de preços;

Da revisão de contrato:

8.2. A revisão do contrato é o instrumento destinado à alteração do contrato para restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro inicial na intercorrência das hipóteses de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou sinistros decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, na forma do [art. 124](#) da Lei nº 14.133/2021 e [art. 10](#) do Ato Normativo nº 15/2023-GAB/PGJ.

Da atualização monetária por pagamento diferido:

8.3. A atualização monetária por pagamento diferido é a medida destinada a corrigir os efeitos do processo inflacionário e da desvalorização da moeda entre a data em que deveria ser efetuado o pagamento da fatura/nota fiscal de determinada parcela do contrato e o seu pagamento efetivo, quando o adimplemento pela Contratante não for efetuado após 30 (trinta) dias da data em que deveria ser efetuado, calculado, proporcionalmente, nos mesmos índices do reajustamento do contrato ou, no caso de contratação de serviços de mão de obra residente, no índice definido ao reajustamento dos custos decorrentes de mercado, nos termos em que dispõe o [art. 11](#) do Ato Normativo nº 15/2023-GAB/PGJ.

Do reajustamento de preços:

8.4. O reajustamento de preços é a medida de destinada a correção inflacionária dos valores inicialmente contratados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- a) Aplicada em qualquer época da vigência do contrato, atendida sempre a periodicidade admitida em lei e que no momento é de 01 (um) ano, a contar da apresentação do orçamento estimado, ou da proposta da Contratada quando aplicável, por meio de Termo de Apostilamento.
- b) No caso de suspensão, extinção ou vedação do índice escolhido, fica desde já eleito o que venha a substituí-lo, e na hipótese de ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- c) Havendo reajuste, a Contratada deverá comunicar por escrito ao Contratante, fornecendo a nova planilha de preços vigentes;
- d) Nos termos que dispõe o Ato Normativo 15/2023/GAB-PGJ/MP-AP:
 - d.1) Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada, conforme [art. 3º](#), §3º do ato normativo supra.
 - d.2) A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE, além daquelas dispostas no Termo de Referência:

- a) Requisitar da Contratada a execução do objeto contratual previsto e o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados neste Contrato, no Termo de Referência, e em sua proposta comercial;
- b) Cumprir as regras e condições expostas no Termo de Referência, na Proposta Comercial e neste Contrato e eventuais anexos a estes documentos, permitindo a execução do objeto de modo eficiente, fornecendo os meios, informações e condições para o fiel cumprimento do objeto do contrato e para que a empresa possa executar suas obrigações, inclusive, quando previsto em edital ou termo de referência, a realização de etapa ou período destinado a verificação das tarefas necessárias ao início da execução do contrato;
- c) Promover, através de servidor devidamente designado pela administração, o acompanhamento, o auxílio e fiscalização da execução do objeto deste contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- d) Manter contato prévio com a empresa a fim de informar sobre eventuais alterações no processo de contratação;
- e) Instruir e encaminhar o processo de pagamento, após o recebimento definitivo e, estando todas as certidões de regularidade fiscal devidamente atualizadas e válidas, na forma e nos prazos estipulados pelo Termo de Referência;
- f) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, em prazo não superior 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período, nos termos que dispõe o art. 123 da Lei nº 14.133/2021;
- g) Notificar, quando for o caso, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei nº 14.133/2021);
- h) Informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([CGU](#)), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021);
- i) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos em prazo não superior 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, no Termo de Referência, na Proposta comercial e eventuais anexos destes documentos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os bens e/ou serviços contratados quando sobre eles forem constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados no prazo fixado pelo fiscal em compatibilidade com as disposições deste contrato e do Termo de Referência;
- c) Assumir a responsabilidade pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto deste contrato, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, dever esse que não será afastado ou reduzido em razão das fiscalizações efetuadas ou pelo acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, ficando o MP-AP autorizado a descontar o valor correspondente aos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital ou ato de contratação direta;
- d) Responder por perdas e/ou danos de qualquer natureza, que vier a sofrer o Contratante, seus funcionários ou servidores e equipamentos ou instalações, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da Contratada, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- e) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas que direta ou indiretamente afetem o cumprimento do contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, à exceção do disposto no [art. 121, §2º](#) da Lei 14.133/2021;
- f) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- h) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- i) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- j) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do modelo de gestão, ou modelo de execução contratual, memorial descritivo ou instrumento congênere;
- k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos;
- l) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- m) Complementar, quando exigível, a garantia contratual após a celebração das repactuações e aditivos, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado;
- n) Cumprir, quando for o caso, as condições de importação exigidas em edital e/ou Termo de Referência;
- o) Comunicar ao fiscal do contrato ou setor competente, por meio de contato hábil e preferencialmente formal:
- o.1) eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega ou realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis, instruindo o a respectiva comunicação com a devida comprovação da ocorrência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data final para entrega ou conclusão do objeto contratual;
 - o.2) Qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do acontecimento do fato.
- 10.2. Na forma como dispõe os documentos legais abaixo, também são obrigações da contratada:**
- a) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para a qualificação, na contratação direta, como determina o art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021.
- b) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- c) Enviar seus melhores esforços para o cumprimento, durante todo o período de execução do contrato da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 - Lei nº 14.133/2021);
- d) Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único – Lei nº 14.133/2021);

- e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II – Lei nº 14.133/2021);
- f) Implantar, na hipótese de contratação de grande vulto, o programa de integridade do art. 25, §4º da Lei nº 14.133, no prazo de 6 (seis) meses, contados da celebração do contrato.
- 10.3. É dever da contratada arcar com todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do objeto contratual, bem como adotar todas as medidas necessárias à conclusão satisfatória do objeto deste contrato, tais como:
- a) Contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregador;
 - b) Promover a guarda, manutenção e vigilância dos materiais, ferramentas, e de tudo o que for necessário à execução do objeto do contrato;
 - c) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, incluído as normas de segurança do contratante, bem como manter ou reparar, na medida do possível e cabível, a segurança, higiene e disciplina do local dos serviços ou do local de entrega;
 - d) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços ou da entrega, de modo a conduzi-los eficaz e eficiente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado, inclusive obtendo junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
 - e) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - f) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;
 - g) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
 - h) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
 - i) Abster-se de dispor os resíduos originários da contratação em áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas tais como aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e, por qualquer motivo que seja;
- 10.4. Também são obrigações da Contratada:
- a) Garantir à Contratante o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
 - b) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação ou congêneres;
 - c) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;
 - d) Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
 - e) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 10.5. É vedado à Contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, LGPD E E-SOCIAL

11.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em cumprimento a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), bem como na Política de Privacidade de Dados do MP-AP instituída no [Ato Normativo](#) n.: 28/2021/GAB-PGJ, com vista a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais a que tiver acesso em razão do vínculo contratual com o MP-AP.

- 11.1.1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;
- 11.1.2. Os documentos aos quais o Contratado tiver acesso e que não forem de natureza pública, considerando-se a Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011), sejam eles pessoais, processuais ou institucionais, serão criteriosamente resguardados sob sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, pelos danos causados pela divulgação não autorizada ou utilização indevida das informações;
- 11.1.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- 11.1.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do

art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.2. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Registro e Manutenção das Informações de seus empregados no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, mantendo a regularidade das informações em conformidade com o Decreto nº 8.373/2014 e demais normas relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA DE OBJETO

12.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

12.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Ato Normativo nº 21/2023-GAB/PGJ, o contratado que:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato, para fins do disposto considera-se inexecução total do contrato:

a) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada

b) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração no termo de referência, inclusive sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do art. 90, caput, da Lei nº 14.133/2021;

13.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "13.1.2", "13.1.3" a "13.1.4" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "13.1.5", "13.1.6", "13.1.7" e "13.1.8" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "13.1.2", "13.1.3" e "13.1.4", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.4. **Multa moratória**:

a) em razão do atraso injustificado, na proporção de 5% (cinco por cento), calculada sobre a parcela não executada e prevista para o período, no cronograma físico financeiro; "

b) de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, bem como de documentos necessários ao pagamento das medições ou outro documento solicitado pela fiscalização

b) **Multa Compensatória**

b.1) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b.2) de 15% (quinze por cento) à 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas;

b.3) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.4 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.3. A autoridade competente, para aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao MP-AP, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pelo MP-AP deverão ser registradas e publicadas. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013

13.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021), bem como outras responsabilizações cíveis ou penais.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 – Lei nº 14.133/2021).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 180, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção na hipótese acima ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia, e caso tal comunicação ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137](#) da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

14.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. Quando for o caso, o termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

15.1. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites legais tratados nos arts. 124, art. 125 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A alteração supra é vedada na hipótese de contratação integrada ou semi-integrada, exceto nas exceções previstas do art. 133, da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas situações abaixo, nos termos que exemplifica o art. 136 c/c art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021:

- a) variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- d) empenho de dotações orçamentárias;
- e) anotação das circunstâncias de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato que motivem a prorrogação automática do cronograma de execução do contrato, conforme art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Para a execução do objeto do presente contrato serão destinados recursos do orçamento do MP-AP no valor estimado total de R\$ _____ (_____), sendo que para o Exercício Financeiro de 2026 foi empenhado o valor de R\$ _____ (_____), à conta do Programa de Trabalho nº _____, Fonte de Recurso _____, Elemento de despesa _____, conforme Nota de Empenho Nº. 2026NE000, de ____/____/2026.

16.2. O valor empenhado atende às despesas até o fim do exercício financeiro corrente, sendo que no exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento do MP-AP, ficando o Contratante obrigado a emitir no início do exercício a respectiva Nota de Empenho, respeitada a Classificação Orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA MATRIZ DE RISCOS

17.1. Nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, adota-se como matriz de risco responsável pela identificação e dos riscos contratuais previstos e presumíveis entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados, as disposições definidas e elencadas em título próprio constante no Estudo Técnico Preliminar correlato à esta contratação, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1. Os empregados e prepostos da Contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo por conta exclusiva da Contratada todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, inclusive as fixadas em norma coletiva de trabalho, previdenciária fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar.

Parágrafo Primeiro: É vedada a prestação de serviços por empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, se estendendo às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização, conforme art. 3º, inciso II e parágrafo 2º da Resolução/CNMP n.º 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério alterada pela Resolução/CNMP n.º 172, de 4 de julho de 2017.

Parágrafo Segundo: Nos termos do art. 4º da Resolução/CNMP n.º 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, é vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do Ministério Público do Amapá, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO E DO FORO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (pnpp.gov.br)

20.2. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas

na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Macapá/AP, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Para firmeza do que ficou estabelecido, as partes abaixo subscrevem o presente instrumento.

Ministério Público do Estado do Amapá
André Luiz Dias Araújo
Secretário-Geral/MP-AP

Empresa Contratada
Nome do Representante
Função



Assinado eletronicamente por IDELMIR TORRES DA SILVA, GERENTE DA DIVISÃO DE CONTRATOS, em 20/02/2026, às 09:03, Ato Normativo Nº 004/2018-PGJ e Lei Federal nº. 11.419/2006